SÉRIE PRINCÍPIOS

Manuel Corre de Andrade

O NORDEST E A QUESTA REGIONA

0
553n
ed. e.4

2.ª Edição

editora ática

série PRINCÍPIOS

ÚLTIMOS LANÇAMENTOS

179 **Artigo e crase**
Maria Aparecida Baccega

180 **História do negro brasileiro**
Clóvis Moura

181 **O Terceiro Mundo e a nova ordem internacional**
Antonio Carlos Wolkmer

182 **Articulação do texto**
Elisa Guimarães

183 **O império de Carlos Magno**
José Roberto Mello

184 **Novas tecnologias em educação**
Lili Kawamura

185 **Comunicação do corpo**
Monica Rector e Aluizio R. Trinta

186 **Terceiro Mundo — Conceito e história**
Tullo Vigevani

187 **Introdução à sociologia do trabalho**
Augusto Caccia Bava Jr.

188 **Morfemas do português**
Valter Kehdi

189 **Educação, tecnocracia e democratização**
Maria de Lourdes Manzini Covre

190 **Evolução humana**
Celso Piedemonte de Lima

191 **Neologismo — Criação lexical**
Ieda Maria Alves

192 **Amazônia**
Bertha K. Becker

193 **Introdução ao maneirismo e à prosa barroca**
Segismundo Spina e Morris W. Croll

194 **As duas Argentinas**
Emanuel Soares da Veiga Garcia

195 **O Período Regencial**
Arnaldo Fazoli Filho

196 **A Antiguidade Tardia**
Waldir Freitas Oliveira

197 **Planejamento familiar**
Gilda de Castro Rodrigues

198 **Introdução à terapia familiar**
Magdalena Ramos

199 **Linguagem e sexo**
Malcolm Coulthard

200 **Aristocratas *versus* burgueses? — A Revolução Francesa**
T. C. W. Blanning

201 **O Tratado de Versalhes**
Ruth Henig

E 2

SÉRIE PRINCÍPIOS

Manuel Correia de Andrade

Diretor do Centro de Documentação e Estudos de História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco — Recife

O NORDESTE E A QUESTÃO REGIONAL

2.ª edição

editora ática

BIBLIOTECA DA FAFIDAM

FAFIDAM
BIBLIOTECA
N.º DE TOMBO 11.954/02

Direção
Benjamin Abdala Junior
Samira Youssef Campedelli
Preparação de texto
Ivany Picasso Batista
Coordenação de composição
(Produção/Paginação em vídeo)
Neide Hiromi Toyota
Capa
Ary Normanha
Antonio Ubirajara Domiencio

Ed. 1 ET
Ex 4 · 136025
Cod: 98420

impressão e acabamento
GEOGRAFICA
FONE 447-8511

ISBN 85 08 03077 0

1993

Todos os direitos reservados
Editora Ática S.A.
Rua Barão de Iguape, 110 — CEP 01507-900
Tel.: PABX (011) 278-9322 — Caixa Postal 8656
End. Telegráfico "Bomlivro" — Fax: (011) 277-4146
São Paulo (SP)

BIBLIOTECA DA FAFIDAM

Sumário

1. O Nordeste e a questão regional ____ 5
O que é o Nordeste ____ 5
Existe uma questão regional? ____ 8
As desigualdades regionais no Brasil ____ 9
Região e Nação ____ 10

2. A importância do Nordeste ____ 13
Introdução ____ 13
Aspectos demográficos ____ 14
Aspectos econômicos ____ 17
A opção industrial ____ 22
Aspectos sociais ____ 25
Aspectos políticos ____ 28

3. Como o Nordeste foi produzido ____ 30
A produção do território — séculos XVI a XVIII ____ 30
A renovação agrícola do século XIX ____ 32
A industrialização a nível regional ____ 33
A industrialização moderna ____ 36

4. A ação da Sudene ____ 38
Sudene: discurso e ação ____ 38
A ação da Sudene no setor agrícola ____ 40
A Sudene e o setor mineral ____ 42
A Sudene e as indústrias de bens de consumo ____ 44
A Sudene, as infra-estruturas básicas e os serviços 46

5. Os grandes problemas do Nordeste ____ 48
Os problemas fundamentais ____ 48
O esvaziamento do meio rural ____ 49
O crescimento desordenado das cidades ____ 51

O problema ecológico ____ 54
O desprezo pelo patrimônio histórico e cultural ____ 56

6. Nordeste, questão regional ou nacional ____ 58

O Nordeste no Brasil ____ 58
Questão regional ou nacional ____ 59

7. Vocabulário crítico ____ 62

8. Bibliografia comentada ____ 66

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
FACULDADE DE FILOSOFIA
DOM AURELIANO MATOS
BIBLIOTECA CÔNEGO MISAEL ALVES DE SOUSA
REG. Nº: 98490/136025
DATA: 17 / 07 / 2019
Nº DE CHAMADA: 080
A553n
Ex. 4

1

O Nordeste e a questão regional

O que é o Nordeste

O conceito de Nordeste, a aceitação de que existe uma região nordestina, é relativamente novo no Brasil. Durante o Império e a Primeira República, os Estados hoje nordestinos eram chamados de "do Norte", admitindo-se que o país poderia ser dividido em duas porções: o Norte e o Sul, a primeira se contrapondo à segunda.

Na Primeira República numerosos estudiosos procuraram dividir o país em regiões, ora visando fins administrativos, ora apenas fins culturais. Cada estudioso levava em conta determinados elementos para caracterizar as várias regiões, inclusive as razões de ordem política.

Uma divisão oficial do país em grandes regiões seria feita em 1941 (Guimarães, 1941) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado pelo Governo Vargas durante o Estado Novo, quando a política federal procurava diminuir a autonomia dos Estados e fazer uma integração nacional, a partir do fortalecimento do poder central. As regiões serviriam para basear ações administrativas e estatísticas, formando unidades intermediárias entre o país e os Es-

tados. Esta divisão regional levava em conta sobretudo as condições naturais — estrutura geológica, relevo, hidrografia, clima e vegetação natural — mas procurava fazer com que os limites regionais coincidissem com os limites estaduais; cada Estado estaria integrado em uma única região. O Nordeste passou a compreender, de acordo com essa divisão, os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. O São Francisco separava o Nordeste do Leste e Sergipe e Bahia estavam integrados no Leste.

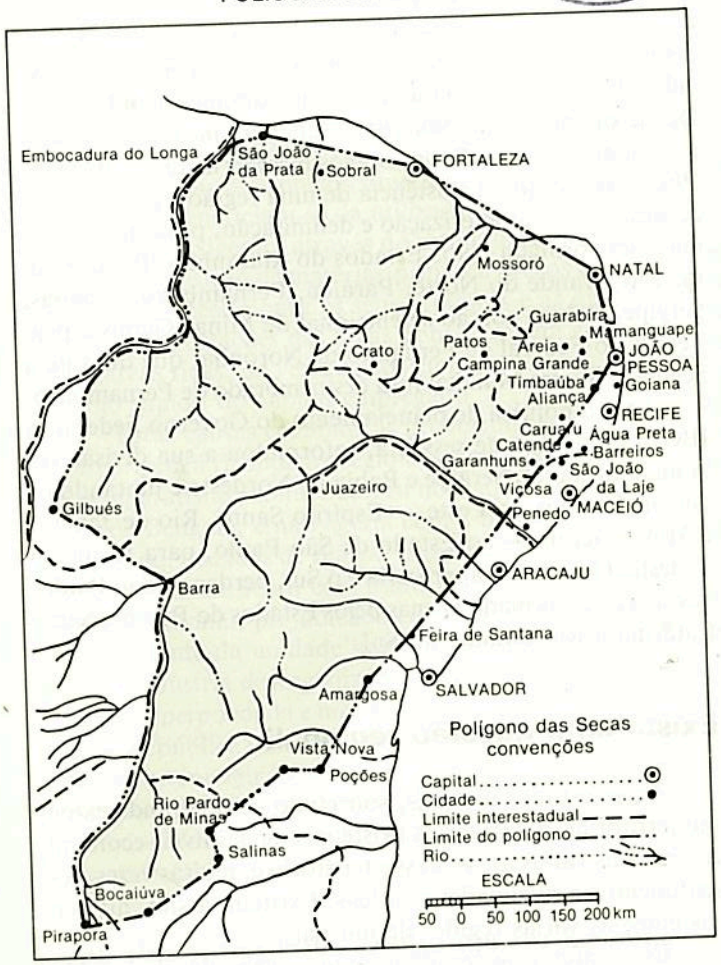
Após a conclusão da Segunda Guerra Mundial o governo brasileiro passou a ter uma preocupação maior com os problemas de planejamento e, ao ser elaborada a Constituição de 1946, determinou à mesma que se aplicasse 1% da renda nacional no desenvolvimento do Vale do São Francisco. A seca de 1952 também provocou grandes apreensões sobre a problemática nordestina, levando o Governo Federal a instituir um programa para a região a ser executado pelo Banco do Nordeste do Brasil, calcado no modelo italiano da Cassa per il Mezzogiorno. O Banco deveria atuar na área sujeita a secas e por isto foi delimitado um polígono de atuação do mesmo, que compreendia a maior porção do território nordestino, excetuando-se o Maranhão, e se expandia não só por Sergipe e Bahia como compreendia também ampla área do território de Minas Gerais (Mapa nº 1). Modificava-se assim a concepção sobre o que era o Nordeste e se procurava colocar no mesmo a maior porção da área da Bacia do São Francisco, onde deveria atuar uma Comissão criada em conseqüência dos dispositivos constitucionais.

Seis anos depois, uma outra grande seca atingiu o Nordeste, levando o Governo Federal a criar uma Comissão que desenvolveria a Operação Nordeste (Openo) e proporia a criação de um grupo de trabalho para o desenvolvimento da região. Este grupo elaborou um diagnóstico sucinto da região, demonstrando que o grande problema da mesma não era de

BIBLIOTECA DA FAFIDAM

MAPA Nº 1

POLÍGONO DAS SECAS



ordem climática, como se afirmava, mas de ordem econômica, face ao atraso em que se encontrava em relação às outras regiões brasileiras e ao fato de a economia, planejada a nível nacional, fazer com que a região mais pobre subsidiasse o desenvolvimento das regiões economicamente mais desenvolvidas. Foi proposta, então, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que deveria planejar e orientar a atuação dos órgãos federais na região (GTDN, 1967). Admitindo a existência de uma região, tornou-se necessária a sua caracterização e delimitação, passando a mesma a ser formada pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, porção setentrional de Minas Gerais e pelo Território Federal de Fernando de Noronha, que durante a Segunda Guerra Mundial fora desmembrado de Pernambuco.

Face à política de planejamento do Governo Federal, o IBGE, na década de sessenta, reformulou a sua divisão regional, anexando Sergipe e Bahia ao Nordeste e juntando os demais Estados do Leste — Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais — ao Estado de São Paulo, para formar o Sudeste. O Leste desapareceria e o Sul, perdendo São Paulo, passava a ser formado apenas pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Existe uma questão regional?

Ao se estudar um país, sobretudo os de grande extensão territorial, observa-se a existência de desníveis econômicos entre as várias áreas do seu território e, muitas vezes, ressentimentos e rivalidades políticas. Existem, assim, diferenças entre as várias regiões de um país.

Estas diferenças resultam, muitas vezes, das desigualdades de desenvolvimento econômico através das quais as áreas mais desenvolvidas controlam a atividade industrial, consumindo matérias-primas das áreas menos desenvolvidas e absorvendo mão-de-obra mais barata. Cria-se, assim, uma situação de dominação, de vez que as áreas mais desenvolvidas adquirem as matérias-primas a preços baixos e vendem os produtos industrializados a preços elevados. Além disso, tendo poder de pressão sobre o Governo Federal, conseguem impor barreiras aduaneiras à importação de produtos industrializados, forçando as áreas menos desenvolvidas a adquirir seus produtos a preços superiores aos do mercado internacional. Beneficiam-se da utilização de mão-de-obra barata e pouco exigente, através do estímulo às migrações internas, da aquisição de matérias-primas a preços baixos; garantem um mercado para os seus produtos e as divisas obtidas com as exportações das áreas pobres são em geral aplicadas nas áreas ricas, de vez que aos empresários interessa um retorno rápido do capital empregado.

Estas causas econômicas provocam ressentimentos que dão origem a rivalidades regionais e muitas vezes a movimentos separatistas, como ocorreu no Paquistão, com a separação de Bengala, e na Nigéria com a tentativa de separação, frustrada, dos ibos de Biafra. Estas rivalidades regionais também se fizeram sentir com muita força na Itália, onde a porção meridional, prejudicada com a unificação do mercado, conseqüente da unidade italiana, conseguida em 1870, teve a sua indústria desorganizada, tornando-se uma região agrícola e superpovoada e uma região de emigração. Após a guerra, a República italiana criou a Cassa per il Mezzogiorno para tentar corrigir os desníveis existentes. A ação política de recuperação de áreas deprimidas já fora feita, com êxito, nos Estados Unidos, durante o Governo de F. D. Roosevelt, na recuperação do Vale do Tennessee (Andrade, 1987a).

As desigualdades regionais no Brasil

Observando-se a estrutura político-administrativa do Brasil constata-se que encontramos uma região com satisfa-

tórios níveis de desenvolvimento — o Sudeste, sobretudo o Estado de São Paulo —, uma região que atravessou um período de estagnação mas que tenta se recuperar em função da expansão da economia paulista, vizinha — o Sul — e três regiões deprimidas: o Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte. O Norte e o Centro-Oeste são regiões subpovoadas e em grande parte cobertas por florestas — que vêm sendo objeto de expansão da economia paulista, beneficiada pela construção de estradas de penetração que facilitam a ocupação do território e a exportação da produção para outras áreas do país e para o exterior. O Nordeste é uma região de povoamento antigo, de estruturas consolidadas, com uma economia em processo de estagnação e foi transformada, desde o século XVIII, em fornecedora de mão-de-obra ao Sudeste. Ultimamente a sua economia vem sendo modernizada em função mais do fortalecimento dos grupos econômicos locais, do Sudeste e internacionais, do que dos interesses da população regional. Daí a necessidade da implantação de uma política econômica que vise não apenas o crescimento da produção, a intensificação da exploração dos seus recursos naturais mas que tenha como preocupação central o atendimento às necessidades de sua população.

Região e Nação

Ao abordarmos o problema regional, no Brasil, devemos fazer uma distinção entre o nacional e o regional. Assim, existem países formados por muitas nações que convivem em um mesmo Estado, como ocorre com a União Soviética, com mais de cem nacionalidades, com a China, em que numerosas nacionalidades ocupam porções mais ou menos definidas do seu território, com a Iugoslávia, formada por uma federação de nações — sérvios, montenegrinos, albaneses, macedônios, eslovenos e croatas — etc. Geralmente estas nações ocupam porções bem definidas do território do Estado e mantêm um sistema social e cultural bem definidos, territorialmente. Em alguns Estados observa-se, às vezes, um equilíbrio entre as várias nacionalidades, fazendo com que haja um certo respeito às características nacionais e regionais, em outros há uma grande superioridade demográfica e política de um grupo sobre os demais, fazendo com que haja uma verdadeira colonização interna.

O Brasil não apresenta uma certa uniformidade étnica e cultural, de vez que foi colonizado pelos portugueses, que para cá trouxeram os negros africanos e procuraram destruir as nações indígenas. Os índios, que constituíam cerca de dois milhões de habitantes na época do descobrimento, estão hoje reduzidos a pouco mais de duzentos mil e se enquistam em suas reservas, localizadas quase sempre em áreas de difícil acesso. O avanço dos "civilizados" para o Oeste vem sendo feito às custas das terras indígenas; estes, pressionados e com acesso às comunicações, vêm procurando legitimar os direitos que têm, ou deveriam ter, dentro do Estado brasileiro. Em algumas áreas do território nacional houve, a partir do século XIX, uma intensa colonização estrangeira, com dominância alemã, italiana, eslava etc., como ocorreu nos Estados do Sul e no Espírito Santo, assim como de japoneses, sobretudo no norte do Paraná. Nestes casos porém não se trata de minorias nacionais, de vez que foram imigrantes que aqui chegaram como colonos para desenvolver a agricultura e que, embora mantenham as suas tradições de origem, se encontram em processo de assimilação.

Quanto aos negros, no período colonial e imperial, chegaram a ser mais numerosos que os contingentes brancos; cessado o tráfico de escravos, porém, em 1854, como sua reprodução fosse pouco intensa devido ao excesso de trabalho a que eram submetidos, passaram a ter menor expressão, mas ainda formam, com os mulatos e cafuzos, um bom percentual da população brasileira. Eles porém não se concentram

em certas áreas, embora sejam mais numerosos naquelas em que se desenvolveu a *plantation* colonial, e procuram firmar os seus direitos e a sua cultura, lutando, não em escala regional, mas em escala nacional, contra os preconceitos e as restrições que os atingem.

Admitimos assim que no Brasil não existe propriamente uma questão nacional — salvo talvez no caso dos indígenas não-aculturados — mas há uma questão regional, sobretudo territorial, de vez que os desníveis e as desigualdades entre as regiões não vêm sendo corrigidos, ao contrário, vêm sendo acentuados com a expansão do modo de produção capitalista por todo o território nacional. A questão regional se modifica, como veremos no caso do Nordeste, mas as diferenças de desenvolvimento se acentuam e o processo de espoliação das regiões mais pobres torna-se cada vez mais intenso. O caso do Nordeste, que será analisado neste livro, pode ser, em grande parte, comparado com o de outras regiões brasileiras — a Amazônia sobretudo — guardando-se as diferenças existentes. Pode ser também utilizado como modelo para análise de diferenças sub-regionais, de vez que dentro de uma grande região brasileira existem áreas ou subregiões mais e menos desenvolvidas. Deve-se levar em conta ainda que a questão regional deve ser tratada como um processo, uma vez que uma área marginalizada, esclerosada, decadente, pode ser reativada e se desenvolver em conseqüência de transformações econômicas e sociais.

2

A importância do Nordeste

Introdução

Apesar da imagem que se faz do Nordeste, nos centros mais desenvolvidos do país, esta região tem uma grande importância econômica e social. Com uma extensão territorial de mais de um milhão e meio de quilômetros quadrados (1 548 672 km^2), ou 18,2% do território nacional, é habitado por cerca de 41 296 300 habitantes, ou seja, aproximadamente 28,6% da população brasileira.

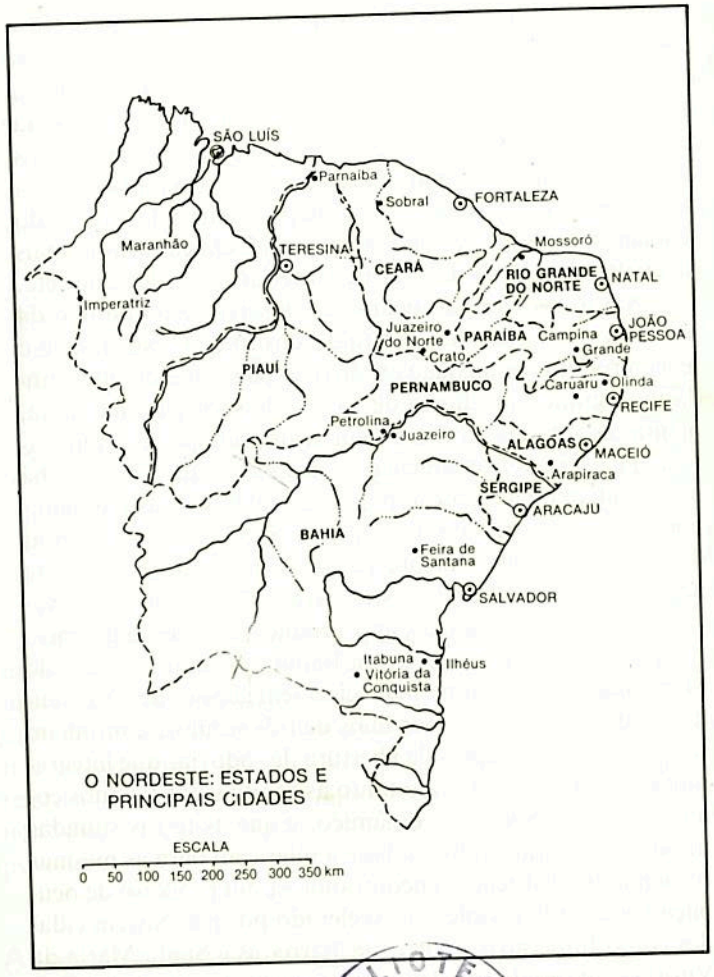
Com tal extensão, dispõe de riquezas ponderáveis em seu solo e subsolo, sendo um grande produtor de açúcar de cana e de álcool, de cacau, de fumo, de algodão, de soja e de cera de carnaúba; possui um ponderável rebanho e dispõe de recursos minerais expressivos em petróleo, sal marinho, sal-gema, xilita, minério de ferro e manganês, cobre, magnesita etc. Seu litoral é piscoso e suas atividades econômicas se encontram em fase de modernização. Para melhor compreender a problemática do Nordeste torna-se necessário fazer uma análise demográfica, econômica, social e política, apresentando os fatos positivos e os negativos, dados que permitam uma discussão e uma reflexão.

Aspectos demográficos

O Nordeste, como vimos, abriga cerca de 28,6% da população brasileira; esta população está, em grande parte, localizada em centros urbanos de certa expressão, como o Recife, Salvador e Fortaleza, com mais de um milhão de habitantes, e em cidades de porte médio como São Luís, Imperatriz, Teresina, Crato, Juazeiro do Norte, Mossoró, Natal, João Pessoa, Campina Grande, Caruaru, Juazeiro-Petrolina, Maceió, Arapiraca, Aracaju, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Ilhéus-Itabuna com população superior a cem mil habitantes. Estas cidades, com poucas exceções, se localizam a menos de duzentos quilômetros da faixa litorânea, como se pode observar no Mapa nº 2, o que acarreta uma pequena expressão do povoamento do sertão e uma concentração demográfica nas proximidades do litoral. O que teria provocado esta desigual distribuição da população?

O início do povoamento, na primeira metade do século XVI, ocorreu na porção oriental, em Olinda, fundada em 1537, e em Salvador em 1549. Olinda era uma vila, por se encontrar em terras de donatário, apesar de ser um núcleo urbano mais expressivo do que Salvador, até a invasão holandesa e, juntas, foram os pontos de irradiação da ocupação portuguesa que utilizou, inicialmente, as terras das várzeas da zona da mata pernambucana e os massapês do Recôncavo Baiano. A cana-de-açúcar seria, assim, o fator de fixação da população, no primeiro século de colonização, e foi essa concentração demográfica que determinou a expansão para o interior, à procura de áreas de criação de gado, enquanto a necessidade de expulsar os franceses determinou que, em menos de um século, fosse feita a conquista e ocupação de todas as terras do litoral, desde o sul da Bahia até a foz do Amazonas. A expansão para o interior seria feita, inicialmente, em função da pecuária e, em seguida, no século XVIII, da cultura do algodão que fez confluir para algu-

MAPA Nº 2



BIBLIOTECA DA FAFIDAM

mas áreas do sertão um contingente populacional ponderável, provocando o desenvolvimento de áreas de cultura de alimentos nas "ilhas", chamadas de brejos ou de serras frescas. Brejo é a denominação dada, no Nordeste, às áreas úmidas isoladas no semi-árido; às vezes os brejos se localizam sobre serras, mais expostas aos ventos úmidos de sudeste ou de nordeste, às vezes nas encostas ou ainda nos vales dos rios que descem das áreas mais altas e correm no pediplano. Ainda hoje os maiores adensamentos populacionais do semi-árido se localizam nos brejos onde se desenvolvem culturas as mais diversificadas: cana-de-açúcar, fruteiras, café, legumes etc.

Nas áreas secas do pediplano observa-se o domínio da pecuária extensiva e da cultura de xerófitas. O Nordeste é o único produtor de algodão arbóreo do país, apresentando ainda uma grande produção de sorgo, de sisal e de mamona, plantas adaptadas ao clima semi-árido, seja por economizarem água seja por terem ciclo vegetativo curto. Também há uma relativa concentração populacional nas áreas banhadas por rios perenes como o Parnaíba, o São Francisco e alguns dos seus principais afluentes, onde os agricultores dispõem de áreas úmidas durante o estio. Aí são feitas culturas de vazante ou culturas irrigadas, aproveitando a presença dos rios.

Grandes áreas do oeste da Bahia, do sul do Piauí e do Maranhão, por terem permanecido sem acesso fácil aos centros urbanos do litoral por mais de três séculos, continuam subpovoadas. Só depois da abertura de rodovias que integraram o território nordestino tanto às capitais dos Estados como ao Centro-Sul, mais dinâmico, é que as terras situadas nessas áreas foram valorizadas e a migração para as mesmas foi sendo intensificada, encontrando-se em processo de ocupação acelerado e violento. Acelerado porque existem cidades como Imperatriz, Corrente, Barreiras e Santa Maria da Vitória com rápido e violento crescimento populacional porque a região é palco de uma verdadeira luta armada, em que os grileiros, com ou sem títulos de propriedade, vêm expropriando e às vezes eliminando os velhos povoadores, os posseiros que haviam se estabelecido na área há centenas de anos.

Estudando a distribuição da população por Estado observa-se que, segundo as estimativas do IBGE para 1988, ela é feita de forma bastante desigual, como se pode observar na Tabela.

Superfície e população dos Estados nordestinos

Estados	*Superfície (km²)*	*População (hab.)*	*Densidade demográfica*
Maranhão	328 663	4 490 400	13,6
Piauí	250 934	2 567 400	10,2
Ceará	148 016	6 239 400	42,2
Rio Grande do Norte	53 015	2 236 200	42,2
Paraíba	56 372	3 152 600	55,9
Pernambuco	98 281	7 114 600	72,4
Alagoas	27 731	2 342 300	84,5
Sergipe	21 994	1 369 000	62,2
Bahia	561 026	11 304 400	20,1

Fonte: *Anuário Estatístico do Brasil*, 1986.

Observando-se a Tabela, conclui-se que a Bahia é o Estado que possui maior extensão territorial e maior população, mas não é o mais povoado, pois apresenta uma baixa densidade demográfica — 20,1 hab/km² —, o Maranhão e o Piauí, o segundo e o terceiro Estados em superfície, têm população relativa pouco expressiva, contrastando com Estados de menor extensão, como Alagoas, Pernambuco e Sergipe, os mais povoados.

Aspectos econômicos

É falsa a idéia generalizada, nas regiões mais ricas do país, de que o Nordeste é uma região pobre por ter uma pe-

quena e antiquada produção agrícola e industrial. A pobreza do Nordeste deriva sobretudo da má distribuição da renda — há um forte contraste entre o nível de vida das classes dominantes e o do povo —, da grande concentração da propriedade fundiária, do sistema econômico nacional que transformou a região em fornecedora de matérias-primas e de mão-de-obra pouco qualificada para as regiões economicamente mais dinâmicas, e da apropriação das riquezas regionais por grupos econômicos internacionais e de outras áreas do país.

A agricultura nordestina iniciou-se no Período Colonial com a cana-de-açúcar, o cacau, o fumo, o algodão, ao lado dos produtos alimentícios como o arroz, a banana, o feijão, a mandioca e o milho. A cultura da cana-de-açúcar foi feita tradicionalmente na faixa litorânea oriental que se estende, com algumas interrupções, desde o leste do Rio Grande do Norte até o Recôncavo Baiano. Nesta faixa, 78 usinas de açúcar e 89 destilarias de álcool se encontram em atividade, tendo um grande crescimento de produção, apesar das crises econômicas, em conseqüência da modernização patrocinada pelo governo autoritário com programas de modernização industrial, de melhoramento dos padrões agrícolas e de expansão da produção de álcool. Estes estímulos provocaram o surgimento de indústrias no Vale do Itapicuru no Maranhão, no Cariri cearense e no sertão baiano do São Francisco, fazendo com que os canaviais disputassem terras às lavouras de subsistência e à pecuária, prejudicando consideravelmente o abastecimento alimentar dos centros urbanos.

O cacau, produto dominantemente destinado à exportação, tem mais de 90,0% de sua produção no Estado da Bahia, tendo se expandido depois da assistência técnica e da orientação econômica da Ceplac para o norte e para o sul da cha-mada zona cacaueira, e estimulando o desenvolvimento de sua cultura em áreas do Maranhão e da Amazônia.

O algodão, que foi uma das principais culturas nordestinas no século XIX e início do XX, se encontra em decadência, se comparada a produção regional com a dos Estados do Sudeste e do Sul, tendo, em termos nacionais, uma produção pouco expressiva.

O arroz é largamente cultivado no Maranhão, em culturas de sequeiro, destinando-se a sua produção, tanto ao mercado nordestino como ao do Centro-Oeste e do Sudeste, graças à Belém-Brasília. Infelizmente a cultura do arroz irrigado nas margens do São Francisco se encontra em declínio.

A cultura do café, que teve alguma expressão no início do século XX e que praticamente desapareceu com a política de erradicação dos cafezais de baixa produtividade no Governo Castelo Branco, vem sendo reestimulada pelo IBC e se desenvolve na Bahia, sobretudo no Planalto de Conquista e na Chapada Diamantina. Enquanto no Sudeste e no Sul o grande inimigo do cafezal é a geada, no Nordeste é a seca.

O coco da Bahia e a banana são culturas tradicionais e expressivas na economia nordestina; o primeiro, cultivado sempre nas áreas arenosas das praias, vem desaparecendo em conseqüência da especulação imobiliária, que vem loteando, para construção de residências de verão, os antigos "sítios" de coqueiros. Em algumas áreas porém ainda se vem fazendo alguma preservação. Os bananeirais ocupam as encostas das serras e chapadas, tanto por serem muito rendosos — há um forte mercado consumidor de bananas — como por atenuarem a erosão das encostas.

O fumo, uma cultura tradicional do Recôncavo Baiano, é hoje muito cultivado em Alagoas, onde, em torno da cidade de Arapiraca, se desenvolve numa área ampla e contínua. Alagoas é o principal produtor de fumo do Nordeste, embora sua produção seja pequena, se comparada com a dos grandes produtores do Sul como Santa Catarina.

A mamona e o sisal são produtos dominantemente nordestinos, contribuindo a região com mais de 80% da produção nacional, que se destina sobretudo à exportação. São culturas adaptadas ao semi-árido.

O milho, o feijão e a mandioca, culturas feitas em geral por pequenos produtores, arrendatários e parceiros, não vêm recebendo incentivos oficiais; apresentam baixa produtividade mas dão uma grande contribuição ao abastecimento regional.

O sorgo, utilizado sobretudo para a alimentação de animais, e a soja vêm sendo cultivados largamente no Nordeste. A soja é cultivada sobretudo na Bahia e no Maranhão por agricultores vindos do sul, em sua maioria gaúchos, que utilizam intensamente maquinaria nas áreas de cerrado.

A irrigação, feita a jusante dos açudes e nas margens do São Francisco, vem sendo estimulada em programas do Governo Federal e está possibilitando o desenvolvimento de culturas como a banana, o tomate, a uva, o melão e a melancia. Estas culturas vêm sendo feitas por pequenos produtores organizados em cooperativas e por grandes empresas que adquirem verdadeiros latifúndios. A cebola, embora seja o principal produto do vale irrigado, não recebe os estímulos necessários à modernização de sua cultura, não tendo ainda sido implantada, sequer, uma indústria de liofilização da mesma.

Quanto à pecuária, o Nordeste apresenta um ponderável rebanho de bovinos, de caprinos, de asininos e de suínos. Em algumas áreas os bovinos são criados através de um sistema semi-intensivo, visando ora a produção de carne — encosta da Chapada Diamantina e sudeste da Bahia —, ora a produção de leite — Bacia Leiteira de Alagoas e Triângulo Leiteiro de Pernambuco. São, em regra, o resultado de cruzamentos do gado crioulo tradicional com raças nobres, tanto de origem indiana — zebu — como européia — holandês.

Numerosas fazendas criam gado selecionado, com vistas à produção de reprodutores. Quanto aos suínos, só recentemente se vem melhorando os padrões raciais e alimentícios nesse rebanho, o mesmo ocorrendo com os caprinos, hoje valorizados pela seleção de cabras leiteiras, visando à produção do queijo de coalho. Já entre os eqüinos e asininos, o abate descontrolado para a exportação vem provocando um grande desfalque destes rebanhos.

Quanto aos recursos minerais o Nordeste é uma região bastante rica, apesar de se encontrar ainda subexplorada: ele é produtor de petróleo na Bahia, em Sergipe, em Alagoas, e no Rio Grande do Norte, dispõe de grandes reservas, em exploração, de sal marinho e de sal-gema, apresentando riqueza em sódio e em potássio (Sergipe); dispõe, em exploração, das maiores reservas de xilita (Rio Grande do Norte) e de cobre (Bahia), abastecendo parcialmente o mercado nacional e exportando para o mercado internacional; é a região maior produtora de gipsita (Pernambuco), importante matéria-prima para a produção de cimento; é rico em calcário, em argila e em caolim, permitindo o desenvolvimento da indústria de cimento (o segundo maior grupo produtor de cimento é de origem pernambucana — o João Santos), de cerâmica e de vidro; possui reserva, em exploração, de magnesita (Bahia), de minério de ferro, de manganês e de ouro. Estas minas são exploradas ora por grandes grupos econômicos estrangeiros, ora por empresas estatais como a Companhia Vale do Rio Doce e a Petrobrás, ora por empresas privadas regionais, de âmbito nacional — Votorantim — e regional (Andrade, 1987b).

Vê-se, assim, que os recursos de que dispõe o Nordeste são de grande importância, necessitando apenas receber uma maior racionalização na exploração que deve ser feita não só visando o crescimento e a melhoria técnica da produção

como, sobretudo, a contribuição para o bem-estar da população regional e o verdadeiro desenvolvimento da região. As mudanças estruturais são indispensáveis, a fim de que mais de 40 milhões de brasileiros melhorem a sua qualidade de vida, elevando a esperança de vida que é de apenas 51 anos, enquanto a brasileira é de 64 anos.

A opção industrial

O processo de industrialização do Nordeste iniciou-se na segunda metade do século XIX. Ele estava ligado à agricultura da cana-de-açúcar e do algodão, desenvolvendo a implantação de usinas de açúcar e de fábricas de fiação e tecelagem. Indústrias metalúrgicas de pequeno porte também se instalaram, estimuladas pela implantação das numerosas fábricas. No início do século XX foram implantadas fábricas de extração do óleo de sementes de algodão, de mamona e de oiticica. As fábricas têxteis foram aperfeiçoadas, beneficiando fibras de outras plantas como a agave e o caroá. Este surto industrial desacelerou-se nos meados do século XX mas foi reativado após a implantação da Sudene.

Uma das metas da Sudene foi o desenvolvimento industrial, esperando que a indústria possibilitasse a criação de novos empregos, a fim de reter, na região, a mão-de-obra que vinha migrando de forma muito intensa para o Sudeste e o Sul do país. Por isto, ao plano de desenvolvimento, seguiu-se a criação de incentivos fiscais que permitiam às pessoas jurídicas descontar até 50% do imposto de renda devido para aplicá-los em projetos industriais por ela aprovados. Numerosos projetos foram aprovados e indústrias implantadas, abrindo um leque de opções que ia desde aquelas indústrias que beneficiavam matérias-primas locais, visando atender o

mercado nacional, até aquelas que importavam matéria-prima de outras áreas para atender o mercado regional. Naturalmente que os maiores sucessos foram alcançados por indústrias que beneficiavam matérias-primas locais e atendiam ao mercado regional.

A princípio os incentivos poderiam ser dados apenas a empresas nacionais, mas, a partir de 1963, foram estendidos também a empresas transnacionais, facilitando a ampliação e o controle de fatias do mercado a empresas estrangeiras, em detrimento de empresas nacionais mais fracas, com menos poder competitivo. Alguns grupos nacionais porém, como o Votorantim, acreditaram no Nordeste, fizeram grandes investimentos em indústrias de base, como a cimenteira, e ampliaram a sua atuação na região. Também grupos nordestinos, com expressão apenas regional, fizeram empreendimentos em atividades mais promissoras e passaram a ter nível nacional, atuando na região e fora dela, como o João Santos, o Banorte, o Othon Bezerra de Melo e o Brennand.

O processo de industrialização desenvolvido à sombra da Sudene trouxe grandes benefícios à região, com a produção de mercadorias de grande demanda na mesma, atenuando a importação, a abertura de um mercado ponderável para a mão-de-obra qualificada, com repercussões no crescimento das estruturas universitárias, o desenvolvimento de atividades na área de serviços, o estímulo ao desenvolvimento da rede rodoviária e o aumento da renda dos Estados, mas teve também uma série de insucessos. A industrialização porém não foi uma grande absorvedora de mão-de-obra não-qualificada ou pouco qualificada, nem impediu que o processo de marginalização dos migrantes que vinham para a cidade fosse detido, nem que continuasse a haver uma expressiva migração de trabalhadores rurais para o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste, até durante os anos sessenta, e para as áreas periféricas e subpovoadas do próprio Nordeste, nos anos setenta. Assim, ocorreu no Nordeste uma transferência expres-

siva da população do meio rural para o urbano, numa ocasião em que as cidades não tinham condições de oferecer oportunidade de trabalho aos migrantes, ocasionando a queda da qualidade de vida urbana, com o crescimento do número de favelas e de favelados; os problemas de saneamento, de abastecimento e de segurança nas cidades se tornaram críticos. Admitimos que, ao mesmo tempo em que se estimulava a implantação de indústrias, deveria ter sido difundido o ensino técnico industrial e de serviços para preparar as classes menos favorecidas para o trabalho qualificado. Desse modo as indústrias implantadas encontrariam uma mão-de-obra qualificada a utilizar e os migrantes do meio rural não se teriam marginalizado.

Muitas indústrias foram implantadas sem que fossem feitos estudos adequados à viabilidade das mesmas. Muitas foram as fábricas implantadas visando apenas o recebimento dos subsídios e, uma vez em funcionamento, encerraram as suas atividades por serem deficitárias. Tal fato ocorreu com uma fábrica de fogões que foi implantada no Nordeste, importando a matéria-prima do Sudeste e destinando o seu produto às áreas mais ricas, de maior poder aquisitivo, não nordestinas. Confiava ela que, com os subsídios da Sudene, com a isenção de impostos e com o custo mais baixo da mão-de-obra, poderia competir com as suas rivais situadas no Sudeste e no Sul, o que não ocorreu, provocando o encerramento de suas atividades com a perda dos investimentos feitos. Não houve também uma preocupação de origem geográfica, espacial, com a implantação das indústrias e estas se localizaram, naturalmente, nas áreas mais ricas, que dispunham de melhores estruturas de apoio, ou seja, em torno do Recife e de Salvador. Caminhava-se, na década de sessenta, para acentuar os níveis de desenvolvimento dentro da própria região. Na década de setenta foram modificadas as condições de concessão de incentivos, o que permitiu uma maior difusão das indústrias, beneficiando sobretudo centros urbanos

próximos às três principais cidades da região — João Pessoa, Feira de Santana, Maceió —, cidades de maior expressão populacional como Fortaleza e o norte de Minas, onde o governo estadual organizou o planejamento da sua porção situada na área de atuação da Sudene, orientando as empresas na feitura dos seus projetos e utilizando o poder de pressão de um grande Estado (Andrade, 1981).

A indústria açucareira também foi estimulada a crescer, através de programas específicos do IAA, não só visando a modernização e o aumento da capacidade das usinas, como estimulando o crescimento da produção do álcool. Viveu assim, o Nordeste, nas décadas de sessenta e setenta, um processo de industrialização que promoveu o seu crescimento, sem que o mesmo fosse acompanhado por um autêntico desenvolvimento.

Aspectos sociais

Ao se analisar as estruturas sociais nordestinas torna-se difícil enquadrá-las, com uma certa rigidez, nos padrões clássicos marxistas ou weberianos. Uma observação da realidade e um levantamento dos dados estatísticos disponíveis nos levam a constatar um grande crescimento da população urbana, bem superior ao da população rural. Deve-se levar em conta que, adotando o Brasil o critério administrativo para classificar uma população urbana, oferece uma grande amplitude à mesma, sabendo-se que muitas das cidades e vilas nordestinas são verdadeiros aglomerados rurais. A partir de 1960, quando se estendeu a legislação social ao campo, os proprietários de terra estimularam os moradores de suas propriedades a se transferirem do meio rural para o urbano — sedes de municípios e de distritos — a fim de fugirem aos encargos sociais. Daí se observar bairros pobres, verdadeiras favelas periféricas, em cidades que possuem menos de 5 000 habitantes, quando antes isso era próprio dos centros de grande e médio porte.

No meio urbano observa-se uma certa diversificação profissional e social, sobretudo naquelas cidades de maior tamanho populacional e funcional onde os serviços especializados já são oferecidos. Com a política de expansão capitalista, patrocinada pelos governos militares, foram difundidos pelo interior certos serviços como o bancário, o do ensino secundário e superior, o de saúde etc., que facilitaram a localização, em cidades de menor porte, de profissionais de nível médio e superior, antes muito restrito, criando assim uma série de serviços e de oportunidades de trabalho para profissionais qualificados. Algumas cidades tiveram até um certo crescimento na área industrial, como Imperatriz, Parnaíba, Codó, Floriano, Sobral, Crato, Juazeiro do Norte, Mossoró, Campina Grande, Caruaru, Petrolina, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna etc.

Houve em algumas áreas do campo, geralmente aquelas em que domina a grande lavoura, uma maior concentração fundiária e, conseqüentemente, da renda; foreiros e parceiros foram eliminados, para expansão da área administrada pelos grandes e médios proprietários, e até pequenas propriedades foram absorvidas pelos latifúndios.

Na área canavieira, algumas grandes usinas absorveram engenhos, fazendas e propriedades vizinhas e até usinas menores, transformando-se em grandes fábricas. No Rio Grande do Norte, por exemplo, a Usina São Francisco absorveu as usinas que existiam no Vale do Ceará Mirim — Santa Teresinha, Ilha Bela e Guanabara — e tem hoje o controle de todo o vale; em Sergipe a Usina Pinheiro domina, com duas outras, toda a área canavieira onde, no passado, funcionavam dezenas de pequenas usinas.

Grande concentração fundiária vem se formando nas áreas de domínio da pecuária onde a introdução de gramíneas resistentes à seca e a construção de silos e armazéns vêm permitindo aos pecuaristas prescindir dos agricultores que cultivavam milho, feijão e algodão — transformados após a colheita em alimentação suplementar para o gado —, estendendo os seus cercados e aumentando os seus rebanhos.

Nas áreas em povoamento os grandes projetos agropecuários e agroindustriais, que se beneficiam dos incentivos do Finor, vêm eliminando os posseiros que viviam na região numa economia muitas vezes amonetária, e favorecem o desmatamento e a expansão de pastagens ou de culturas.

Nas áreas marginais ao São Francisco onde o governo vem desenvolvendo projetos beneficiados pela irrigação, a parte entregue a cooperativas de pequenos produtores é reduzida, beneficiando sobretudo os empresários que desenvolvem culturas comerciais.

De um modo geral, o grande proprietário tradicional, o capitalista moderno, enriquecido em atividades não-agrárias, e as empresas vêm se beneficiando do uso de uma tecnologia moderna, do crédito fácil e barato e dos favores governamentais para desapropriar os pequenos produtores e ampliar os seus lucros.

Observa-se, no campo, ora o fortalecimento dos grupos oligárquicos — classes dominantes para uns, estamentos para outros —, ora dos comerciantes urbanos que investem na atividade agropecuária para se beneficiar da legislação que a protege, ora de grandes empresas que ocupam a cúpula do sistema, possuindo, abaixo de si, os assalariados. Os assalariados ora são técnicos e administradores a serviço do grupo que detém o controle dos meios de produção e auferem salários compensadores, ora são a grande massa que vive de salários muito baixos — até inferiores ao mínimo — ou de trabalho ocasional, oferecido na época da colheita ou da construção de obras.

Há, desse modo, uma grande transformação social, com o desaparecimento, em numerosas áreas, do pequeno produtor que formava uma espécie de classe média no campo, enquanto se generaliza o processo de assalariamento e conseqüentemente o de proletarização do trabalhador rural.

Aspectos políticos

Tendo uma população numerosa é natural que o Nordeste possua um grande número de eleitores — 17 742 497 em 1986, ou 28,5% do eleitorado brasileiro, que era, no mesmo ano, de 69 166 810. Além disto o Nordeste, por estar dividido politicamente, dispõe de 27 cadeiras no Senado Federal — três por Estado — o que representa 37,5% dos senadores brasileiros que são 72, sendo por isso normalmente favorecido.

Na Câmara dos Deputados, em que o número de representantes por Estado é proporcional ao número de habitantes, a região possui uma grande bancada, o que permitiria, não fossem as divergências político-partidárias e as rivalidades entre os Estados, dar à mesma um grande poder de pressão em defesa dos seus interesses. Sendo o Nordeste vitimado por secas que se sucedem, em média, uma a cada decênio e que hoje são previstas com antecedência de anos, apesar disso, não tiveram ainda, os representantes da região, condições de estabelecer uma política permanente de controle dos efeitos da seca.

O fato é que os grupos dominantes no Nordeste são muito sensíveis à influência e à pressão do poder central e, com raras exceções, estão comprometidos muito mais com os seus interesses do que com os interesses da região e da população nordestina. A influência do poder central se faz sentir de tal forma que em 1982, nas eleições governamentais, os Estados nordestinos elegeram nove governadores da Arena/PDS, enquanto em 1986, quando o poder central estava controlado pelo PMDB, elegeram oito dos nove governadores do PMDB. Observa-se assim que o Presidente da República, salvo raras exceções, tem poder decisivo na escolha dos governadores do Nordeste, ao contrário do que ocorre em outras regiões brasileiras. Em 1982 o Governo Federal perdeu as eleições tanto em Estados ricos do Sul e do Sudeste — Minas Gerais, São

Paulo e Paraná —, como também em Estados pobres do Norte — Acre, Amazonas e Pará — e do Centro-Oeste — Goiás —, mas no Nordeste venceu em todos. Mesmo Pernambuco, um dos Estados mais industrializados da região e onde a oposição tinha um candidato a governador, experiente e detentor de muito prestígio pessoal — Marcos Freire —, o PMDB não conseguiu vitória.

A dependência do poder central só pode ser atenuada se houver uma reforma tributária que torne o Estado menos dependente da Federação e se, ao mesmo tempo, houver uma política econômica que atenue o poder do latifúndio e diminua a situação de miséria da maioria da população, tornando-a mais culta, mais politizada e menos sensível ao suborno — a compra de votos é generalizada, apesar das leis que a penalizam. Também é sensível a influência dos meios de comunicação que têm seus interesses geralmente ligados aos da oligarquia e da burguesia dominantes.

O Nordeste espera uma transformação social que, em essência, será também uma transformação política.

3

Como o Nordeste foi produzido

NORDESTE - COLONIA DE EXPLORAÇÃO.

A produção do território — séculos XVI a XVIII

Para compreendermos a problemática atual nordestina torna-se necessário explicar o processo que a gerou, a maneira como a formação econômico-social foi produzida desde o início da colonização portuguesa.

A conquista do Brasil em geral e do Nordeste em particular resultou da expansão portuguesa no além-mar, incentivada e possibilitada pelo desenvolvimento do capitalismo comercial. Encontrando um território habitado por indígenas que viviam em um estágio de civilização primitiva, em que dominava a caça, a pesca e a coleta florestal, procuraram os portugueses ocupá-lo e inseri-lo no circuito comercial, como fornecedor de produtos demandados no mercado europeu. Inicialmente procuraram produtos florestais e depois minerais — só encontrados de forma expressiva no século XVII —, tendo desenvolvido inicialmente a coleta do pau-brasil, importante para a indústria da tinturaria. Para a coleta florestal não necessitaram estabelecer a apropriação particular da terra, nem utilizar o trabalho sob coação, limitando-se a estabelecer feitorias no litoral e a estimular a população nativa a fazer a coleta, utilizando o escambo. Nesse período guerrearam contra os europeus — franceses, sobretudo —, que disputavam o controle do território e do negócio, que se presumia rendoso.

FORMAÇÃO DAS COLONIAS.

Em seguida procuraram os portugueses apropriar-se da terra, criando núcleos permanentes de ocupação — vilas de Olinda, Ilhéus, Porto Seguro e Cidade do Salvador —, escravizando os indígenas para submetê-los ao trabalho regular e contínuo, distribuindo terras em sesmarias às pessoas que dispunham de recursos e mereciam confiança, passando a desenvolver o tráfico de escravos da costa da África para o Brasil, a fim de suprirem a nova colônia da força de trabalho necessária.

O tráfico de escravos africanos, que já era feito para o Reino (Azevedo, 1947) desde o século XIV e para as ilhas do Atlântico, se tornara uma atividade comercial expressiva para os mercadores, ao mesmo tempo em que supria a nova colônia de força de trabalho indispensável à expansão canavieira. Esta seria uma das principais atividades econômicas do Brasil até os meados do século XIX, quando a Lei Eusébio de Queirós a eliminou.

O sistema introduzido pela colonização consagrou a grande exploração agrícola — as sesmarias tinham em geral grande extensão — e a divisão social entre os sesmeiros, aliados aos comerciantes que intermediavam as importações e exportações e aos altos funcionários da Coroa (Faoro, 1957) que formavam o grupo dominante e os pobres brancos e os escravos negros e índios. As principais cidades e vilas situavam-se no litoral, de vez que o porto era fundamental a uma civilização voltada para o comércio exterior. A penetração para o sertão, iniciada no século XVI, visava produzir os animais de trabalho e a alimentação para a população que se adensava na área canavieira. Era feita por portugueses e mamelucos que não dispunham de recursos econômi-

cos e poder político para se estabelecerem como senhores de engenho. Nos engenhos havia um pequeno número de empregados que cuidava da administração, da parte técnica apesar de rudimentar, e da segurança da propriedade e do proprietário e de uma grande quantidade de escravos.

A Revolução Industrial do século XVIII provocaria algumas alterações e adaptações do sistema, estimulando a expansão da cultura do algodão na região semi-árida e levaria o Marquês de Pombal a criar as companhias de comércio para estimular o desenvolvimento das culturas de exportação. A ação destas companhias se faria sentir tanto no Maranhão, (Dias, 1971), onde o Vale do Itapicuru foi ocupado por arrozais e algodoais, como em Pernambuco e Paraíba, onde as culturas tradicionais foram reestimuladas (Ribeiro Júnior, 1976).

A renovação agrícola do século XIX

Nos fins do século XVIII, como salientou Caio Prado Júnior (1943), o sistema colonial estava em crise; Portugal, decadente, dependente da Inglaterra e ameaçado pela França de Napoleão, ia perdendo o controle de sua principal colônia. A fuga da Corte portuguesa para o Brasil provocaria a abertura dos portos ao comércio inglês, inicialmente, e de outros povos depois, estimulando a elevação do preço dos produtos tropicais e, conseqüentemente, das forças produtivas. Na realidade, a eliminação do monopólio português retirava do circuito comercial um intermediário parasitário e daria alento à economia colonial.

Por outro lado, o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro, ou como se dizia então, no sul do país, iria provocar o controle do território nacional pela elite sulista e iniciar um processo de desapropriação e de transferência de recursos do Nordeste, que faria decair a região, em benefício daquela que se desenvolvera posteriormente e que ganhara importância com a mineração e, em seguida, com a cultura do café. Daí as divergências entre os Estados que hoje formam o Nordeste, liderados por Pernambuco, e o governo central, divergências que se manifestaram nas chamadas "revoluções" de 1817 e 1824 e no processo de luta pela Independência.

As modificações ocorridas na agricultura se iniciaram com a utilização do arado a tração animal, com a introdução de novas variedades de cana como a "caiana", trazida da Guiana Francesa para substituir a crioula, já em processo de degeneração; com a introdução do uso do bagaço de cana como combustível, em substituição à lenha, e a implantação dos primeiros engenhos movidos a vapor, em substituição aos velhos engenhos movidos a tração animal.

Estas inovações, a princípio modestas e lentas, iriam permitir, na segunda metade do século XIX, que se procurasse produzir variedades de cana na própria região, aperfeiçoar os velhos engenhos, a fim de que produzissem um açúcar de melhor qualidade, capaz de competir com o das Antilhas, se expandisse a área agrícola, com a implantação de ferrovias, valorizando propriedades situadas a grande distância dos portos e se eliminasse o tráfico de escravos, fazendo-se uma transição lenta da utilização da mão-de-obra escrava para outras formas de relações de trabalho, com a utilização do que se chamava, então, de trabalho "livre" (Milet, 1987) para relações de campesinato do trabalho propriamente assalariado.

A industrialização a nível regional

O processo de industrialização ganharia importância a partir de 1870, quando se vislumbrava a ampliação das ferrovias, o desaparecimento do sistema escravocrata — a Lei do Ventre Livre é de 1871 — e a implantação de indústrias

de certo porte. Ela visava não só fortalecer a economia regional no mercado internacional, como estimular o crescimento do mercado interno. Dois ramos industriais podem servir de exemplo para as duas alternativas.

O primeiro é representado pela cana-de-açúcar e pela implantação de engenhos centrais, pertencentes a companhias nacionais e estrangeiras, nas várias províncias, depois Estados — Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Segipe e Bahia. Estes engenhos centrais produziam açúcar cristal e procuravam separar a atividade agrícola da industrial. Assim, segundo o discurso que lhes deu origem, o proprietário deveria ser apenas agricultor, enquanto a empresa seria industrial, não podendo utilizar a mão-de-obra escrava.

Os proprietários reagiram e passaram a implantar usinas — tecnicamente iguais aos engenhos centrais — em suas propriedades, visando controlar, ao mesmo tempo, a parte agrícola e a industrial. Como os capitais estrangeiros tiveram maior interesse em aplicar em outras atividades econômicas, sobretudo nos transportes e na produção de energia, mais rentáveis, e os usineiros, após a proclamação da República, receberam substancial apoio dos governos estaduais, as usinas passaram a comandar o processo e a dominar a produção de açúcar e de álcool. Voltavam-se, em princípio, para o mercado externo, mas, com a queda da demanda internacional de açúcar e a dificuldade de competição com o açúcar de beterraba europeu e com o açúcar de cana das colônias inglesas e holandesas, voltaram-se para o mercado do Sul do país. Iniciar-se-ia depois uma luta entre os empresários do Nordeste e os do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, pelo mercado do Sudeste e Sul, que provocou, na década de trinta, a criação do IAA — Instituto do Açúcar e do Álcool — e a política de limitação da produção, estabelecendo-se cotas por Estados e por empresas.

A outra alternativa foi a da indústria de tecidos, que se desenvolveu em conseqüência do crescimento da produção

de algodão da Índia e do Egito, controlados pela Inglaterra e grandes fornecedores da indústria localizada neste país. O Nordeste que era grande produtor de algodão, para exportação, teve problemas de colocação da sua produção no mercado inglês face à concorrência americana e dos países colonizados pela Inglaterra. Tiveram então os comerciantes exportadores de algodão e instalados nos portos de implantar fábricas que produziam tecidos de inferior qualidade e de baixo preço a serem consumidos pelas camadas mais pobres da população. Como a maior parte da população não tinha condições de adquirir tecidos importados e como decaía a confecção artesanal de tecidos, a produção têxtil nordestina encontrou um mercado expressivo e numerosas fábricas foram implantadas em Caxias, Codó e São Luís, no Maranhão; em Fortaleza, no Ceará; em Natal, no Rio Grande do Norte; em Mamanguape e João Pessoa, na Paraíba; em Goiana e no Recife, em Pernambuco; em Maceió, Pilar e Penedo, em Alagoas; em Neópolis, São Cristóvão, Propriá e Estância, em Sergipe; e em Valença e Salvador, na Bahia. O algodão era produzido no interior, transportado para cidades situadas no litoral — antigos portos de exportação — e comercializado tanto na área litorânea como no sertão. Os condutos coloniais de exportação foram aproveitados pelas novas indústrias. Excetuam-se da posição litorânea apenas as fábricas situadas em Codó e Caxias, que se encontravam em portos fluviais do Rio Itapicuru que as comunicava com São Luís e da famosa fábrica de linhas da Pedra, que disputou espaço no mercado internacional e que se deveu ao espírito empreendedor de Delmiro Gouveia, que utilizou a energia hidroelétrica de Paulo Afonso (Rocha, 1970).

Naturalmente que o desenvolvimento destas indústrias mais dinâmicas tanto promoveria o surgimento e o crescimento de atividades industriais delas dependente — mecânica, metalurgia, confecções, óleo, sabões etc. — como permitiria o seu crescimento, com o controle do mercado regional, face

ıto em que se encontravam as várias regiões bra-
não dispunham de uma rede ferroviária que inte-
ritório nacional. Fato que subsistiu até os fins da
etade do século XX.

trialização moderna

ıstrialização moderna se desenvolveria após a Se-
rra Mundial, quando o governo brasileiro passou
es preocupações com o problema. A partir da dé-
arenta iniciou-se uma política de aproveitamento
hidroelétrica, fornecida pelo São Francisco, com
ão da Usina de Paulo Afonso, posta em atividade
O Nordeste para se industrializar necessitava de
ındante e barata. À Usina de Paulo Afonso, se se-
de Três Marias em Minas Gerais, a de Sobradinho
a de Boa Esperança no Rio Parnaíba, entre o Piauí
hão, e a de Itaparica entre Pernambuco e Bahia.
952 foi criado o Banco do Nordeste do Brasil, com
ortaleza, e uma rede de agências pelas principais
Nordeste, visando levar o crédito aos empreendi-
rícolas e industriais. Procurou ainda o governo de-
uma política de valorização do Vale do São Fran-
ıirada no projeto americano do Vale do Tennessee,
ındo e incentivando as atividades agrícolas na área,

Esta intervenção se fez na ocasião em que se criava um mercado nacional unificado, no qual as indústrias nordestinas não tinham condições de competitividade com as das áreas mais dinâmicas, provocando a falência de numerosos estabelecimentos. A indústria têxtil, por exemplo, demonstrou uma grande fragilidade, tendo praticamente sido eliminada, apesar dos estudos e recomendações feitas.

A ação da Sudene facilitaria a integração do Nordeste ao mercado nacional, a diversificação industrial e a formação de concentrações de indústrias em algumas cidades, criando uma nova organização espacial da economia. E o Nordeste entrou em um processo de modernização que não foi acompanhado de uma transformação social. O social e o político ficaram a reboque do econômico, acentuando e consolidando a pobreza regional.

4

A ação da Sudene

Sudene: discurso e ação

A Sudene nasceu da política desenvolvimentista do Governo Kubitscheck, quando se procurava objetivar o crescimento econômico do país, de forma acelerada, e com a integração das áreas consideradas periféricas ao núcleo mais dinâmico. O presidente Juscelino, então, procurou realizar o velho sonho de construir uma capital federal no centro do país, e, ao lado disto, desenvolveu uma política de estímulo à industrialização, de incentivo à entrada de capitais estrangeiros e de construção de rodovias que ligassem os vários pontos do país à área economicamente mais dinâmica.

Esta expansão capitalista era considerada necessária ao Nordeste, que vinha sendo beneficiado com a construção de usinas hidrelétricas, com a abertura de estradas e com a expansão do crédito oficial; em 1958 porém foi atingido por uma dura seca; assim, em uma década, o Nordeste enfrentava duas secas e as lideranças nordestinas pressionavam o Governo Federal a fim de desenvolver uma política que atenuasse o processo de esvaziamento econômico regional.

Tal conjuntura levou o Governo Federal a organizar um Grupo de Estudos para analisar os problemas nordestinos,

que logo foi transformado na Operação Nordeste (Openo) e em seguida na Comissão de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) que seria transformada em Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), após aprovação pelo Congresso, em dezembro de 1959. Seu primeiro superintendente seria o economista Celso Furtado, do BNDE, e ligado a órgãos internacionais, como a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), onde trabalhara anteriormente.

O grupo de trabalho liderado por Celso Furtado produziu um famoso documento (GTDN, 1967) em que diagnosticou as causas do subdesenvolvimento regional, baseado na falta de obras de infra-estrutura, na necessidade de uma modernização agrícola que modificasse o caráter monocultor, com a implantação de propriedades familiares e policultoras, na melhor adaptação da economia nordestina às condições ecológicas, no desenvolvimento industrial que, oferecendo empregos, sustasse o movimento migratório, e na correção da política financeira, a fim de que as divisas adquiridas com a exportação dos produtos nordestinos fossem utilizadas na industrialização da região e não desviadas para financiar a política de industrialização das áreas mais ricas. Tratava-se de um diagnóstico revolucionário, de vez que não se atribuía o subdesenvolvimento às condições naturais desfavoráveis, às secas, sobretudo, mas a uma série de causas de ordem política e econômica. Ficava evidente que se o subdesenvolvimento resultava de causas sociais e não físicas, tornava-se mais fácil corrigi-lo através de uma política reformadora. Daí dirigir-se o discurso da Sudene a uma política de desenvolvimento regional, visando atenuar as diferenças existentes entre o Nordeste e o Sudeste.

Ao mesmo tempo em que se pleiteava um órgão para corrigir os desníveis regionais, os industriais do Sudeste, preocupados com o crescimento dos seus negócios, foram favoráveis a uma política de integração de uma região onde havia abundância de mão-de-obra e de matérias-primas. Daí ha-

verem contactado lideranças nordestinas e enviado à Itália o empresário, escritor e deputado Gileno de Carli (1971), a fim de observar o processo de ação da Cassa per il Mezzogiorno e assessorar uma política que favorecesse a expansão capitalista nacional.

Na ação da Sudene, houve uma dualidade básica, aquela representada pela ação dos administradores que procuravam dar prioridade ao crescimento da região, com conseqüente repercussão social, e aquela preocupada com a expansão da economia brasileira pelo espaço a ser integrado (Oliveira, 1977). Dualidade que alimentaria grandes discussões políticas e científicas e que traria também um contraste entre o ser — a realidade, o equilíbrio de forças e pressões — e o dever ser — o ideal e os objetivos desejados pela comunidade.

A ação da Sudene no setor agrícola

A Sudene se propunha a trazer fortes impactos à organização agrícola, modernizando-a e fazendo-a atender às aspirações sociais. Para isto planejou uma política em que financiava os grandes proprietários na implantação de obras de infra-estrutura em suas propriedades e que seriam pagas pelos mesmos com a doação de terras, onde pudessem ser instaladas famílias de agricultores sem terra que se transformariam em pequenos proprietários, produtores de alimentos.

Os grandes proprietários, temerosos de uma Reforma Agrária, se opuseram à realização deste projeto e ele não chegou praticamente a ser executado. Vivia-se na ocasião, início da década de sessenta, um momento de luta aberta no campo, na qual os pequenos produtores, organizados em Ligas Camponesas, pleiteavam uma Reforma Agrária, enquanto os assalariados rurais organizavam-se em sindicatos, pleiteando que a legislação social aplicada nas cidades fosse estendida ao meio rural. Apesar do clima de luta e da oposição dos

partidos políticos tradicionais e da maioria dos governadores de Estado à ação reformista da Sudene, ela conseguiu organizar algumas cooperativas rurais, como a de Tiriri, na zona canavieira pernambucana. Esta cooperativa conseguiu arrendar vários engenhos e obteve para os seus cooperados cotas de fornecimento de cana na Usina Salgado. Eles deveriam associar a cultura da cana como atividade comercial por excelência, com a cultura de gêneros alimentícios.

Após o golpe de 64, algumas cooperativas continuaram a receber o apoio da Sudene, mas passaram a agir sob controle das autoridades, a fim de frear o conteúdo revolucionário das mesmas. A Sudene passou a integrar o Ministério do Interior e procurou desenvolver entre os proprietários o que chamava de espírito empresarial. Através do mesmo estimulava o desenvolvimento de culturas comerciais e procurava dinamizar os condutos de comercialização. Estendeu ao campo os favores dos incentivos fiscais, facilitando empréstimos a proprietários rurais e a empresas que formulassem projetos de modernização da atividade pecuária e de explorações agroindustriais, tanto nas áreas tradicionalmente apropriadas, como também naquelas em povoamento.

Amplas áreas situadas no oeste da Bahia, no Maranhão e no Piauí, ainda não-tituladas e ocupadas por posseiros pobres, tornaram-se objeto de projetos financiados pela Sudene; os beneficiários ocupavam as terras que "adquiriam", cercavam, faziam o desmatamento, quase sempre utilizando a coivara, e desenvolviam a pecuária extensiva. Estes projetos muitas vezes visavam apenas obter os subsídios e garantir a propriedade da terra, para especulações futuras. Esta política seria ampliada consideravelmente com o Proálcool, que possibilitou a implantação de numerosas destilarias autônomas em terras desses Estados.

No período autoritário observou-se também um estímulo ao desenvolvimento da irrigação, nas áreas semi-áridas, com a introdução de novas culturas dirigidas mais para a agroin-

dústria — tomate e frutas, por exemplo — e para o consumo dos grupos econômicos mais favorecidos. Não se procurou desenvolver a cultura de alimentos destinados às camadas de menor poder aquisitivo.

Em certas ocasiões se procurou implantar projetos de grande envergadura, como o Polonordeste (1974), visando desenvolver áreas consideradas mais favoráveis a projetos integrados ou uma política voltada para a consolidação das propriedades de porte médio, como o Projeto Sertanejo, de 1976. Todos estes projetos, na prática, contrariaram as aspirações por uma Reforma Agrária, uma vez que procuravam modernizar e consolidar a estrutura fundiária existente, embora no discurso se apresentassem como de orientação reformista. O fracasso destes projetos levaria à reformulação dos mesmos e ao lançamento do grande Projeto Nordeste (1980) que deveria receber abundantes recursos do BIRD.

Nas áreas de domínio da pecuária a orientação da Sudene se fez sentir através da introdução de técnicas de conservação de alimentos e de difusão de gramíneas resistentes à seca; com isto os grandes proprietários se libertaram da dependência que ficavam dos pequenos agricultores sem terras que cultivavam milho, feijão e algodão em áreas de sua propriedade, a fim de produzirem o restolho indispensável à alimentação do gado, no estio.

A resistência das estruturas tradicionais, com o apoio dos órgãos governamentais delas dependentes, fez com que a Sudene, no campo, se desviasse de uma orientação reformadora para uma orientação modernizadora, sem preocupações sociais.

A Sudene e o setor mineral

Intensa foi a ação da Sudene no setor da mineração, contribuindo, através dos seus estudos de geologia e de hidro-

geologia, para localizar e racionalizar a produção mineral, assim como para caracterizar tipos de solos e as carências pelos mesmos apresentadas. A expansão dos canaviais nos tabuleiros, por exemplo, não foi apenas conseqüência do espírito e da ação inovadora de alguns industriais, mas também dos estudos feitos pela Sudene com o fim de caracterizar as carências destes solos e orientar a correção dos mesmos.

Através de incentivos fiscais e sobretudo dos subsídios, inicialmente chamados de Artigo 34/18, e a partir de 1970 (Goodmann e Cavalcanti — 1974) do Finor, estimulou a pesquisa mineral e financiou empresas que realizam não apenas a exploração mineral como também a transformação do minério. Este fato fez com que o Nordeste, que nos anos cinqüenta tinha pequena produção mineral, desenvolvesse as suas indústrias, destacando-se em vários setores, como, por exemplo, os ligados à construção civil. O Nordeste possui hoje inúmeras fábricas de cimento e de cerâmica vermelha que utilizam a matéria-prima regional — calcário, gipsita, argila, caulim etc. — e abastecem o mercado da região. Ao lado da produção das pequenas e médias olarias, e fornos de calcinação do calcário para a produção da cal, existem grandes fábricas pertencentes a grupos econômicos nacionais como o Votorantim, o João Santos e o Brennand, sendo a região também uma grande fornecedora de gipsita ao país.

Merece referência ainda a produção mineral na área da xilita, do petróleo, do cloreto de sódio e do potássio, da magnesita, do cobre, do manganês, da bentonita etc. A exploração mineral é feita tanto por grupos econômicos nacionais, como por grandes empresas estrangeiras — a Anglo-American, por exemplo — ou por empresas estatais ligadas à Companhia Vale do Rio Doce e ao BNDES (Andrade, 1987b).

Um dos grandes problemas ligados à economia mineral no Nordeste é a falta de uma indústria de transformação destes produtos na própria região, o que faz com que ela se tor-

ne uma área exportadora de matérias-primas para o exterior e para o Sudeste. Poucos são os minérios transformados na própria região como o minério de ferro — Usiba e pequenas siderúrgicas —, o petróleo — Pólo Petroquímico de Camaçari e Destilaria Landulfo Alves em Mataripe —, o cloro em Alagoas, o potássio em Sergipe etc. Para que a região se desenvolva torna-se necessário aumentar a sua capacidade industrial a fim de que ela exporte os seus minérios, já transformados, em bens a serem utilizados por indústrias ligadas à metalurgia.

A Sudene e as indústrias de bens de consumo

O setor industrial foi a preocupação básica da Sudene, de vez que na época de sua criação dominava a idéia de que a industrialização era a chave do desenvolvimento. Ela realizou estudos sobre as indústrias existentes, considerando-as tradicionais, e procurou estimular as empresas viáveis economicamente a modernizarem e ampliarem os seus estabelecimentos; estimulou projetos de empresários de outras áreas que se propunham a implantar indústrias novas no Nordeste, que foram classificadas como dinâmicas.

O mecanismo dos subsídios foi a grande arma de que a agência de desenvolvimento dispôs para atrair capitais para a região. Assim, a pessoa jurídica que tinha um imposto de renda a recolher aos cofres públicos passou a ser estimulada a consignar 50% do valor do mesmo para aplicação no Nordeste, fazendo o depósito no Banco do Nordeste. Os projetos eram encaminhados à Sudene e quando aprovados poderiam os empresários aplicar esses recursos nos empreendimentos que os interessassem. Daí o surgimento de numerosos escritórios de projetos e de captação de recursos. Posteriormente estes recursos passaram a ser controlados pelo Finor.

Esta política atraiu grandes capitais para o Nordeste e as indústrias foram localizadas de preferência nas proximidades do Recife e de Salvador, cidades que dispunham de uma infra-estrutura de apoio superior às demais. Também os governos estaduais trataram de implantar distritos industriais, e estabelecer isenções de impostos para empresas que os procurassem. Na Bahia tornou-se famosa a Cidade Industrial de Aratu, em Pernambuco os Distritos Industriais do Cabo e de Paulista e na Paraíba o Distrito Industrial de Gramame.

As novas indústrias eram bastante diversificadas, compreendendo fábricas que importavam matéria-prima e produziam para atender à demanda do mercado regional — como as de cerveja —, fábricas que beneficiavam matéria-prima regional e produziam para o mercado regional — cimento e cerâmica vermelha —, fábricas que beneficiavam matéria-prima para o mercado nacional e internacional — cloro, potássio, adubos — e fábricas que importavam a matéria-prima e produziam para o mercado consumidor de outras regiões. Numerosas indústrias tiveram sucesso e se encontram em atividade e em crescimento, outras porém funcionaram por poucos anos e, deficitárias, encerraram as suas atividades e outras ainda não passaram do projeto ou pereceram na fase da implantação.

Apesar de numerosos projetos terem se desenvolvido nas mais diversas áreas da região nordestina, a maior concentração se observa no norte de Minas — região de Montes Claros —, face à proximidade do eixo Rio—São Paulo, e, em torno de Salvador, do Recife, de Fortaleza e de João Pessoa. Nos outros Estados o impacto da política industrial foi mais modesto, observando-se uma concentração nas proximidades dos centros urbanos mais expressivos.

O processo de industrialização trouxe vantagens ao Nordeste não só porque fez cair a sua dependência em relação ao Centro-Sul, como porque provocou uma melhoria nas obras de infra-estrutura e estimulou o desenvolvimento dos

serviços, mas teve também a contrapartida. Assim, como os estabelecimentos pertencem, em sua maioria, a empresas do Sudeste ou multinacionais, os lucros obtidos são transferidos e aplicados em outras áreas, não contribuindo expressivamente para a acumulação a nível regional; aumentaram os problemas ecológicos, de vez que as indústrias são implantadas visando a maximização dos lucros, sem a menor preocupação com o meio ambiente, degradando o solo, o ar e a água; e, finalmente, elas não oferecem as oportunidades de empregos que se esperavam porque a indústria moderna, para ser competitiva, tem que ser poupadora de mão-de-obra, além de necessitar de mão-de-obra com um nível de especialização que não é facilmente encontrado no Nordeste, sendo a mesma, por isso, pelo menos nos primeiros tempos, em grande parte importada do Sudeste. Deveria ter sido desenvolvido o ensino técnico-profissional à proporção que as indústrias fossem implantadas, a fim de que os trabalhadores se qualificassem.

A Sudene, as infra-estruturas básicas e os serviços

No período de atuação da Sudene observou-se a ampliação da rede de estradas de rodagem, integrando toda a região em suas várias partes e em suas relações com o Centro-Sul, e estendeu a rede de comunicações — telefones, estações e retransmissores de TV etc.

Os serviços foram largamente melhorados, sobretudo no setor bancário, e a expansão da economia capitalista não poderia ser realizada sem o concurso e o controle de uma eficiente rede bancária; no setor educacional, embora o crescimento de estabelecimentos de ensino superior e secundário tenha feito aumentar consideravelmente a população escolar, esta expansão foi feita às custas da queda do nível do

ensino; e no setor saúde houve também transformações, com a difusão dos serviços de abastecimento de água nas áreas urbanas e a abertura de hospitais, maternidades e ambulatórios.

Desse modo, pode-se afirmar que houve um considerável crescimento, em termos econômicos e estatísticos da região, mas o modelo de crescimento apresentado está divorciado da realidade existente, despreocupado com o ecológico e o social, tendo feito decair consideravelmente a qualidade de vida da população.

E a Sudene, apesar do dinamismo que apresentou em alguns poucos períodos, dando uma contribuição para o crescimento econômico regional, não teve condições de atenuar os desníveis existentes entre as várias regiões do país. O Nordeste, embora mais rico e maior, em termos absolutos, fica, em termos relativos, cada vez mais pobre, mais distante do Sul e do Sudeste do Brasil.

5

Os grandes problemas do Nordeste

Os problemas fundamentais

Ao se fazer uma análise da problemática nordestina se constata a pobreza da maioria de sua população, se é levado a fazer perguntas: Por que uma região rica está sendo habitada por uma população tão pobre? Quais as causas fundamentais desta pobreza: a tirania de condições naturais desfavoráveis ou a inércia e incapacidade de suas elites? Qual o papel desempenhado ou por desempenhar dos seus governantes? Por que a Sudene, após quase trinta anos de atuação, não corrigiu os desníveis existentes entre esta região e o Centro-Sul? Finalmente, o que fazer? Como fazer? E para que fazer?

Acreditamos que a pobreza que domina a região é o resultado de uma série de fatores que confluem para dificultar e entravar um processo natural de desenvolvimento, e que estes fatores são mais de origem social do que física. Ela é comandada por um sistema que beneficia os grupos dominantes que se opõem a qualquer transformação estrutural que possa tocar nos seus interesses e que até se beneficia do flagelo das secas, captando verbas que dinamizam os seus negócios e consolidam o seu poder político. Daí o apoio que dão a toda e qualquer ação que vise modernizar as relações econômicas e sociais até o ponto em que esta ação não transforme as estruturas sociais, mas ao contrário, que as dinamize e as torne mais resistentes às mudanças. A pobreza é útil ao grupo dominante para obter mais recursos e favores oficiais, em uma federação em que as regiões mais ricas se beneficiam do crescimento econômico das mais pobres. Estes grupos dominantes têm interesses que coincidem com os das regiões hegemônicas do país, de vez que atuam como intermediários e como prepostos dos grupos nacionais mais fortes e dos transnacionais e que empregam os seus capitais nas áreas mais ricas, onde obtêm um retorno do capital empregado, mais rápido e seguro. Há, assim, no plano nacional, uma semelhança com o que ocorre no plano internacional entre os grupos dominantes das áreas menos desenvolvidas com os grupos dominantes das áreas dominadoras, que se beneficiam da exploração das áreas mais pobres.

O sistema "desenvolvimentista" implantado provoca, naturalmente, uma acentuação da pobreza e da dominação que se exterioriza em uma série de aspectos que procuraremos analisar, ou seja: o esvaziamento do campo, o crescimento patológico das cidades, o desrespeito ao meio ambiente, a dilapidação dos recursos naturais, a desvalorização da cultura regional etc.

O esvaziamento do meio rural

Um fato que chama atenção no interior do Nordeste é o esvaziamento populacional do campo e a expansão cada vez maior das culturas feitas por grandes proprietários e por empresas. Há algumas décadas observa-se, no interior do Nordeste, a existência de áreas de culturas principais, mas, intercaladas às mesmas, havia os "sítios" de pequenos pro-

dutores, quase sempre arrendatários, parceiros ou trabalhadores de cambão e de condição, com as suas casas humildes, construídas de "taipa" e cercadas de árvores frutíferas ou de culturas alimentícias.

Hoje a paisagem está uniformizada na sua maior extensão; viaja-se horas seguidas no meio de canaviais, de cacauais, de pastagens, de culturas de soja etc. Os pequenos sítios persistem apenas nas áreas mais distantes das rodovias ou nos lugares altos, de difícil acesso. É que com a intensificação da penetração do capitalismo no campo e com o desenvolvimento da tecnologia agrícola e industrial, os proprietários passaram a dispensar os seus moradores e a explorar diretamente as suas terras. O processo de expulsão é muitas vezes feito de forma violenta, com a tomada das terras e a destruição das lavouras, com espancamento e ameaças à vida dos mesmos ou de seus familiares; outras vezes é feito de forma sutil, oferecendo uma indenização pelos bens que o morador possui, alegando que na cidade ou vila próxima ele pode desfrutar de uma vida melhor, com mais liberdade e com oportunidade ao lazer, ao ensino e às instituições de saúde, para a família. O morador, seduzido pela vida urbana e pela liberdade de prestar serviços ao patrão que escolher, recebe alegremente estas sugestões e se instala na cidade. Só depois é que ele sentirá a incerteza do trabalho, a instabilidade na necessidade de braços nas várias estações do ano, os problemas de desagregação da família e a falta dos alimentos que produzia no "sítio" quando vivia no latifúndio.

Os proprietários também sentem, em algumas ocasiões, o problema da falta de braços e, embora se opondo a leis como a do "sítio", eles advogam junto ao governo a implantação de agrovilas onde os trabalhadores têm direito a uma casa e a uma área de dois ou três hectares para as suas culturas. Com isto os proprietários transferem para o Poder Público o custo do assentamento dos trabalhadores, têm os mesmos fixados

nas proximidades dos seus latifúndios, passando a dispor de mão-de-obra barata nas ocasiões de maior necessidade de trabalho.

Utilizam, assim, a questão social, para transferir para o Poder Público os custos de manutenção da mão-de-obra de que necessitam, tendo o cuidado de fazer com que as áreas disponíveis a cada família não sejam suficientes para a sua manutenção, a fim de que necessitem complementar a renda vendendo a força de trabalho aos proprietários.

Tal política tem grande repercussão tanto no campo como na cidade, provocando a queda da produção de alimentos e estimulando a importação de frutas e legumes do Sudeste, o que acarreta, naturalmente, no encarecimento dos produtos alimentícios.

O crescimento desordenado das cidades

Outro fato observado na região nordestina é o crescimento desordenado das cidades. Gilberto Freyre, analisando o processo de crescimento urbano no Nordeste, chegou a afirmar que as cidades não estavam crescendo, mas "inchando"; isso porque o crescimento populacional é feito de forma desordenada, provocando a queda dos padrões de qualidade de vida dos habitantes.

Para se ter uma idéia deste crescimento basta que se analise os dados do Censo Demográfico de 1980, quando se vê que no Nordeste três capitais de Estados haviam ultrapassado um milhão de habitantes — Salvador com 1 501 981 hab., Fortaleza com 1 307 611 hab., e o Recife com 1 203 899 hab. — e que as aglomerações conurbadas a estas cidades provocavam concentrações, pelo menos em Salvador e no Recife, de mais de dois milhões de habitantes. Acreditamos que no recenseamento de 1990 estas duas cidades centralizem aglo-

merações de mais de três milhões de habitantes enquanto a aglomeração de Fortaleza, certamente, ultrapassará os dois milhões.

São numerosas as cidades com mais de 250 000 habitantes, tanto capitais de Estado como cidades que têm um maior desenvolvimento industrial e comercial e que desempenham funções regionais. Dos Estados do Nordeste apenas o Maranhão, o Piauí, a Bahia e Sergipe possuíam em 1980 uma população rural superior à urbana, enquanto Estados como Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte apresentavam percentuais mais elevados de população urbana. É de acreditar que estes percentuais vão ser muito mais elevados no próximo recenseamento.

Mas o crescimento urbano acelerado que na década de sessenta era considerado como um bom indicador de desenvolvimento, só o é quando ele resulta de uma revolução agrícola, através da qual a produção, por agricultor, se torna muito mais elevada, permitindo que um produtor rural alimente numerosos habitantes do meio urbano, e quando, nas cidades, o desenvolvimento das indústrias e dos serviços provoca uma atração mais intensa de trabalhadores. Ainda deve-se levar em conta que o Poder Público, preocupado com o social, desenvolva sistemas de qualificação da força de trabalho rural, a fim de que ela possa ser absorvida pelos serviços urbanos.

Isto não ocorre no Nordeste onde o campo está se despovoando em conseqüência da expulsão dos trabalhadores, provocada pela ganância de proprietários que temem a Reforma Agrária ou que fazem investimentos em terras, visando a valorização das mesmas, em um país onde o ritmo inflacionário anual é da ordem de três dígitos — mais de 400% em 1987 — e procuram esvaziar as mesmas, ou de proprietários que para baratear os custos de produção investem em insumos, como pesticidas, fungicidas, erbicidas e em máquinas que são altamente dispensadoras de mão-de-obra. As conseqüências ecológicas destas substituições não entram nos seus cálculos.

FAFIDAM

As cidades ficam superpovoadas, as pessoas se marginalizam, por não encontrarem trabalho, se ligam a atividades informais, ou, pior ainda, enveredam pelo roubo e a prostituição. Observa-se então uma queda do padrão arquitetônico e social das cidades. Do ponto de vista arquitetônico surgem os bairros marginais, formados por habitações que não atendem a um mínimo de conforto e higiene, formando favelas que muitas vezes abrigam percentuais muito elevados da população urbana, como ocorre no Recife com os mocambos, em Salvador com as invasões e em todos os lugares com as favelas. Favelas habitadas até por pessoas que vivem exclusivamente da coleta de restos do lixo, depositados a céu aberto em terrenos próximos à cidade (Costa, 1986). Naturalmente que a repercussão social destas aglomerações traz sérios problemas de ordem sanitária e política.

As prefeituras não podem construir obras de infra-estrutura básica — abastecimento de água, esgotos, mercados públicos, postos de saúde etc. — que evitem a propagação de moléstias infecciosas em uma população que vive mal alimentada e promiscuamente. Esta população carente de alimentos e de escolas faz uma migração diária para o centro das cidades a fim de tentar obter alimentos e roupas usadas, agravando o problema da mendicância. Nas cidades de maior população desenvolve-se um comércio de alimentos e dos mais diversos produtos feito em barracas que ocupam as ruas e praças centrais, dificultando a circulação e criando problemas de higiene e de segurança.

E a política de crescimento urbano a ser desenvolvida pelos governos federal, estaduais e municipais não pode se dirigir apenas ao meio urbano, a fim de que não se transforme em um paliativo; ela deve atingir sobretudo o meio rural, a fim de estancar o êxodo e estimular o setor agropecuário a produzir a baixo custo os alimentos que as aglomerações urbanas necessitam consumir.

O problema ecológico

Um fato da maior gravidade é que o crescimento econômico vem sendo feito visando única e exclusivamente o lucro imediato, com o maior desrespeito ao meio ambiente. A agricultura é feita, muitas vezes, em encostas íngremes, sem que se tenha preocupação com o desgaste dos solos; ela provoca o transporte dos sedimentos das encostas e a sua acumulação nas várzeas, assoreando o leito dos rios, que ficam barrados e passam a inundar as porções mais baixas, o seu leito maior, transformando ricas terras de massapê e de turfa em verdadeiros pauis. A irrigação em larga escala, nas margens do Rio São Francisco e a jusante dos grandes açudes do Dnocs — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — é feita com técnicas importadas de áreas de clima temperado, não adaptadas às condições nordestinas e provoca, após alguns anos de cultura, a salinização dos solos.

Merece destaque a atuação da Embrapa — Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias —, que em seu centro de pesquisas de Petrolina vem fazendo experiências com formas de irrigação típicas de regiões tropicais — gotejamento — e menos onerosas, a fim de racionalizar a agricultura do semiárido; vem também estudando animais e plantas típicas da caatinga a fim de viabilizar a sua utilização econômica.

Uma agressão violenta ao meio ambiente é feita por indústrias que lançam os seus resíduos nas águas correntes, sem preocupações com os males que causam às populações que vivem nas margens dos rios e riachos, assim como à própria natureza. São famosos no verão, estação seca, no Nordeste Oriental, os lançamentos, pelas destilarias de álcool e pelas usinas, dos resíduos — o vinhoto — das águas servidas, em rios de pequeno volume de água, tornando as mesmas imprestáveis, provocando a morte dos peixes e desprendendo um odor muito forte que incomoda a população. Em 1983 várias destilarias lançaram, ao mesmo tempo, o vinhoto que

haviam depositado em seus lagos de estabilização no Rio Capibaribe, provocando problemas seriíssimos à população do Grande Recife, que em certos trechos teve de abandonar as suas casas por alguns dias. E a poluição foi de tal ordem que atingiu as águas do mar até uma distância de nove milhas da costa, impedindo a pesca e a utilização das praias cheias de animais mortos.

Problemas semelhantes são causados por outras indústrias, como os curtumes, situados em sua maioria no agreste e sertão, que lançam os seus resíduos malcheirosos em rios secos; e as indústrias de beneficiamento de sais minerais, como o sódio e o potássio, que lançam cloro nos rios e no mar, provocando a morte de seres vivos animais e vegetais.

E este lançamento de resíduos representa tanto um crime ecológico, feito às vistas complascentes dos governos, como também um crime econômico, de vez que se joga fora um produto de grande valor econômico; o vinhoto, por exemplo, pode ser utilizado para produção de alimentos animais, de adubo e de gás metano, combustível, portanto. O cloro também pode ser beneficiado visando tanto o abastecimento do mercado interno como a exportação, e o sódio que é lançado ao mar, em Sergipe, quando extraído das minas de potássio teria grande importância econômica. Por que o planejamento governamental não esquematiza o aproveitamento econômico destes subprodutos, ao mesmo tempo em que estimula a implantação das indústrias que dão origem aos mesmos? Quais os interesses que são ou que deixam de ser contrariados? E por que o Estado, em um sistema capitalista, não desenvolve as experiências e as pesquisas necessárias ao desenvolvimento destas indústrias quando subsidia, de forma extremamente generosa, a empresa privada, a fim de que ela apresente viabilidade?

É profundamente chocante observar-se que o crescimento econômico está se processando sem maiores comprometimentos com respeito às condições naturais e com as perspectivas sociais.

Reciclagem

O desprezo pelo patrimônio histórico e cultural

O Nordeste, tendo sido produzido a partir do século XVI, no início da colonização, e tendo tido períodos de riqueza e esplendor, naturalmente dispõe dos testemunhos desta fase que representam um patrimônio da maior importância, tanto para os nordestinos, como para os brasileiros de um modo geral. Nele se encontra Olinda, o maior centro urbano das Américas, nos fins do século XVI, tombada pela Unesco como um monumento da humanidade; Salvador, que foi capital do Brasil de 1549 a 1763, preservou igrejas, ruas e edifícios de grande riqueza arquitetônica que a transformaram num dos maiores pontos de atração turística do país. São Luís do Maranhão e Alcântara, com os sobradões que atestam a opulência da então capitania, nos fins do século XVIII e da província, nas primeiras décadas do século XIX, se constituem centros artísticos e culturais da maior importância. Outros centros podem ser salientados face à grande importância dos seus monumentos históricos, como Oeiras, no Piauí; Fortaleza, no Ceará; Natal, com o Forte dos Reis Magos, no Rio Grande do Norte; João Pessoa, na Paraíba; Igarassu, além do Recife, em Pernambuco; Penedo, em Alagoas; Laranjeiras e São Cristóvão, em Sergipe; Ilhéus, Cachoeira, São Félix e Porto Seguro, na Bahia etc. Estas cidades históricas, situadas nas proximidades do litoral em que existem belas praias com coqueirais, se constituem em um potencial turístico da maior importância cultural e econômica.

O que se observa porém é que os governos federal e estaduais, apesar de desenvolverem uma política de incentivo ao turismo, de explorarem estes monumentos, têm uma política muito pouco agressiva quanto à conservação dos mesmos. Daí observar-se a descaracterização de ruas centrais e até a destruição das mesmas para abertura de avenidas nem sempre necessárias e construção de edifícios modernos. No

Recife, já na segunda metade do século XX, se destruiu impunemente o bairro de São José, que era uma reminiscência do século XIX, com suas ruas estreitas onde viviam trabalhadores e artesãos especializados, para abrir a Avenida Dantas Barreto, ainda hoje pouco usada para as suas dimensões. Esta destruição atingiu uma das mais belas igrejas do século XVIII, a dos Martírios, porque um prefeito insensível às tradições não quis desviar o traçado, bifurcando a avenida e deixando no meio a igreja secular, como ocorreu no Rio de Janeiro com a Igreja da Candelária.

No momento se observa a queda de uma igreja do século XVII, na vila de São Lourenço de Tejucupapo, sem que providências urgentes sejam tomadas para impedir, e houve caso até de igrejas seculares e históricas que foram usadas como depósito de açúcar de usinas.

A preservação de monumentos históricos não é apenas um problema de ordem cultural — o que já era suficiente para justificar uma política de preservação dos mesmos —, é também um problema de ordem econômica na ocasião em que o turismo se torna uma importante fonte de renda para o Estado e uma atividade criadora de empregos numa região com alto nível de desempregados.

6

Nordeste, questão regional ou nacional

O Nordeste no Brasil

A imagem do Nordeste, nas áreas mais ricas do país, é falsa e deprimente. Geralmente se admite que o Nordeste é uma região pobre, habitada por pessoas mal alimentadas, carentes, pouco educadas e com baixos índices intelectuais. É lembrada sempre a presença de nordestinos pobres que viajam para as grandes cidades para trabalhar nas atividades não-qualificadas e de baixa remuneração. Chega-se até a atribuir aos nordestinos a sujeira e a insegurança das grandes cidades do Sudeste.

Existem pessoas que lastimam que o Governo Federal aplique recursos no Nordeste, nos períodos de seca, e na sua política de desenvolvimento, considerando uma perda destes recursos e que defendem — naturalmente os mais extremados — até o esvaziamento demográfico da região.

Elas esquecem que estes nordestinos pobres que migram para o Sudeste e hoje também para o Centro-Oeste vão fornecer a força de trabalho necessária ao desenvolvimento destas regiões e, se levam com eles a sua pobreza, a sua miséria, levam também o trabalho que viabiliza o desenvolvimento

e contribui para a construção da riqueza das regiões mais desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento. Esquecem ainda que o Nordeste fornece às áreas mais ricas uma série de matérias-primas que elas não possuem e que teriam de ser importadas a preços bem mais elevados, como a xilita, a gipsita e o petróleo. Esquecem que o Nordeste, com uma população superior a trinta milhões de habitantes, mesmo com baixa renda *per capita*, é um grande consumidor dos produtos industriais e de alimentos destas regiões que não teriam condições de concorrer no mercado nordestino se a região pertencesse a outro país. Não suportariam a concorrência de produtos estrangeiros, muitas vezes de melhor qualidade e de preços mais baixos. Grande parte das indústrias nordestinas é de propriedade de grupos econômicos do Sudeste, que aplicam o seu capital na área que dispõe de matéria-prima, de mão-de-obra barata e de um mercado consumidor razoável, auferindo lucros que, pela própria dinâmica capitalista, são transferidos para as áreas mais ricas que oferecem melhores condições de investimento.

A integração do Nordeste ao Brasil como um todo, sobretudo no momento em que também são integrados ao todo nacional regiões subpovoadas e em processo de ocupação, como o Centro-Oeste e a Amazônia, é um imperativo do próprio desenvolvimento nacional; baseia-se não só em razões políticas como também em razões sociais e econômicas.

Questão regional ou nacional

A questão nordestina é, a um só tempo, uma questão regional e nacional. Alguns autores, influenciados por grandes teóricos como Gramsci, (1987), tentam negar a existência de uma questão regional, em face do avanço e do aprofundamento das relações capitalistas por todo o território na-

cional e da conseqüente homogeneização do espaço. Para eles certamente a questão regional é uma questão sociocultural que o capitalismo dissolve.

Achamos que o avanço das relações capitalistas provoca transformações nas características da questão regional, em suas exterioridades, mas, em vez de eliminá-la, ela agrava, aprofunda a questão. Isto porque a expansão do capitalismo leva o processo de modernização às áreas mais distantes e até unifica, em grande parte, as manifestações culturais, mas o faz acentuando a dominação das regiões ricas sobre as pobres e elevando o grau de empobrecimento destas regiões. Ela beneficia apenas os grupos econômicos e as classes dominantes, aguçando o processo de expropriação das camadas mais pobres; aumenta assim o contraste dialético entre a riqueza e a pobreza, tanto a nível regional quanto de classe e de grupos sociais. Este aguçamento de distâncias pode ser observado tanto a nível inter-regional quanto intra-regional, entre as várias partes de uma mesma região.

Do ponto de vista cultural a televisão e o rádio, controlados por empresas que atuam em escala nacional, contribuem para a divulgação de padrões nacionais e até de "enlatados" adquiridos no exterior, desvalorizando e considerando fora de moda as manifestações culturais tradicionais, regionais e locais. Desse modo, festas nordestinas como as de São João e o próprio Carnaval tendem a desaparecer ou a se estandardizar, copiando os modelos das grandes cidades. Os programas tradicionais, ligados à formação cultural da região, têm dificuldade de obtenção de espaço para divulgação na maioria das estações de rádio e televisão. Hoje já existe uma reação, partida de instituições culturais, às vezes oficiais, procurando a conquista de espaço para estas atividades que, esperamos, tenha sucesso, a fim de evitar que o processo de crescimento sem mudança a que estamos assistindo não decrete a morte das características regionais.

Ao assinalarmos que a questão regional persiste, mesmo com o avanço do capitalismo, acreditamos que em uma

visão de totalidade ela coexiste com a questão nacional. O Brasil foi desde a colonização, e ainda o é, um país indeciso entre uma federação e um Estado unitário, apesar de oficialmente declarado como uma federação. Nos momentos em que predominam os governos autoritários há uma tendência a uma política uniforme para um todo multiforme, enquanto nos períodos de governos, ditos democráticos, os Estados ganham maior espaço no plano político e reivindicam um pouco de autonomia. Daí a necessidade de demonstrar que os problemas regionais são também, ao mesmo tempo, questões nacionais.

Assim, se não se planejar o desenvolvimento, dando ênfase aos aspectos sociais e não apenas aos econômicos, se não se levar em conta a contribuição que cada região pode vir a dar ao desenvolvimento do país como um todo, o país não se desenvolverá e correrá o perigo de uma desagregação, sobretudo nos momentos de crise aguda como o que ora vivemos.

Embora formalmente pareça contraditório, na verdade é um fato de fácil verificação que o problema regional do Nordeste é de tal magnitude que se torna nacional, levando o país à necessidade de solucionar o problema regional para resolver os grandes problemas nacionais. O Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste, regiões mais pobres do país, são muito diferentes em seus problemas e em suas aspirações, mas têm uma grande contribuição a dar à realização do Brasil, como Estado e como Nação; se não tiverem os seus problemas básicos resolvidos, se não atingirem níveis de bem-estar social que os aproximem das regiões mais ricas — o Sudeste e o Sul —, impedirão que o Brasil atinja a posição e o destaque que os brasileiros desejam. Admitamos que a questão nordestina é regional e nacional, a um só tempo, porque o destino da região e o destino do país estão de tal forma engajados, entrelaçados, que só podem ser resolvidos conjuntamente.

7

Vocabulário crítico

Agrovila: pequeno aglomerado rural, organizado pelo governo para abrigar trabalhadores do campo. Em geral cada trabalhador tem a sua casa e uma pequena área para cultura.

Brejo: expressão usada no Nordeste para designar áreas úmidas situadas no semi-árido. Ora os brejos se encontram nos pontos altos, expostos aos ventos úmidos, e são chamados de brejos de altitude e exposição; ora se encontram em vales fluviais, os chamados brejos ciliares; ora, ainda, nas encostas à barlavento, em vales profundos, são os chamados brejos de vale ou de encostas.

Caatinga: originário do tupi, designando o que os indígenas chamavam de "mata branca". A caatinga, associação vegetal formada por plantas que resistem à seca, à deficiência de chuvas, é a vegetação dominante no sertão nordestino.

Cafuzo: mestiço do negro com o indígena.

Ceplac: sigla da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, criada na década de cinqüenta pelo Governo Federal para modernizar e dar competitividade à produção cacaueira do Brasil no mercado internacional.

Coivara: técnica usada na lavoura cabocla, pela qual se faz a limpeza do solo para o plantio, utilizando o fogo. Muitos autores atribuem à mesma a influência indígena.

Cultura de vazante: cultura feita na região semi-árida, no leito dos rios e açudes, à proporção que o nível das águas baixa, deixando o solo úmido.

Favelas: bairros pobres, marginais às cidades, formados por habitações improvisadas e em geral habitadas por pessoas muito pobres.

Finor: sigla do Fundo de Investimentos do Nordeste, ligado à Sudene e que orienta a aplicação dos subsídios oriundos dos recursos retirados do imposto de renda, pelas empresas.

Foreiro: pequeno produtor rural, não-proprietário, que cultiva terra alheia, pagando um arrendamento. É sinônimo de arrendatário.

Invasões: nome dado na Bahia a bairros construídos por pessoas pobres em áreas que não lhes pertencem. Formam verdadeiras favelas, quando em terra firme, e bairros de palafitas quando nas áreas de mangue.

Latifúndio: grande propriedade agrícola, geralmente subexplorada. O Estatuto da Terra estabelece dois tipos de latifúndio, o por exploração, quando a propriedade tem de 2 a 600 módulos e é subexplorada, e o latifúndio por dimensão, quando ela possui mais de 600 módulos.

Liofilização: processo de secagem e de eliminação de voláteis realizado em temperatura baixa e sob pressão reduzida, segundo Aurélio Buarque de Holanda. Na área do São Francisco há forte reivindicação de produtores da cebola em favor da liofilização, a fim de que a safra não seja perdida, nas ocasiões em que os preços estão muito baixos.

Minoria nacional: grupos nacionais existentes em Estados controlados por outras nações. Um exemplo clássico é o dos alemães que viviam na Tchecoslováquia no período

entre as duas Guerras Mundiais e que serviram de pretexto a Hitler, na década de 30, para invadir e destruir o Estado tcheco.

Mocambo: habitação típica do Recife, onde é construído sobre palafitas. Na construção dos mocambos é utilizada uma gama enorme de materiais que a população pobre consegue nas ruas e nas imediações da cidade.

Mulatos: mestiços do branco com o negro, muito numerosos nas áreas em que houve uma importante agricultura comercial de exportação, nos períodos Colonial e Imperial.

Parceiros: trabalhadores agrícolas que cultivam terras alheias pagando ao proprietário uma renda formada por um percentual da produção. No Nordeste se usa muito a expressão meeiro para designar este tipo de agricultor.

Plantation: expressão de língua inglesa que designa a grande cultura colonial, feita em latifúndios e voltada para a exportação. Alguns autores preferem substituir a expressão inglesa *plantation* por plantagem.

Populoso: país ou região que possui uma elevada população absoluta.

Posseiro: aquele que tem a posse da terra. Muitas vezes esta posse está legalizada, mas muitas vezes, sobretudo nas áreas em processo de ocupação, eles vivem em terra devoluta, sendo quase sempre expulsos pelos proprietários que adquirem títulos de propriedade. No Brasil, desde a década dos cinqüenta, vêm ocorrendo com muita freqüência lutas entre posseiros e grileiros que, usando o poder e a conivência dos governos, expulsam os posseiros que desbravaram a mata dos sítios que construíram, e se apossam das terras.

Povoado: pequeno aglomerado de trabalhadores rurais às vezes chamado também de povoação, bairro, aldeia, lugarejo etc.

Preconceito: conceito ou opinião feita contra pessoas de origem e de cultura diferentes. No Brasil há forte preconceito racial, contra o negro, embora não seja institucionalizado, como nos Estados Unidos e na República Sul-Africana.

Reserva indígena: áreas do território nacional destinadas às nações indígenas, a fim de que as mesmas sobrevivam. Vivemos um momento em que os grileiros vêm se apossando das reservas indígenas e que os índios reivindicam do Governo Federal a delimitação das mesmas.

Sítio: no Nordeste a palavra sítio tem duas acepções: ora se refere à pequena propriedade rural, para distingui-la da fazenda, ora se refere à pequena área cultivada com lavoura de subsistência situada em torno da moradia do pequeno agricultor.

Tráfico de escravos: comércio e transporte de negros africanos, escravizados, do continente de origem até a costa brasileira. Ele foi iniciado com a colonização — primeira metade do século XVI — e concluído em 1854, com a lei que o interditou, promulgada durante o Ministério Eusébio de Queirós em 1850.

8

Bibliografia comentada

ALMEIDA, Rômulo. 1985. *Nordeste: desenvolvimento social e industrialização*. São Paulo, Paz e Terra e CNPq.
Obra fundamental para que se compreenda o processo de industrialização e suas implicações com o desenvolvimento da região.

ANDRADE, Manuel Correia de. 1981. *Estado, capital e industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro, Zahar.
Neste livro o autor faz uma análise da intervenção do Estado e da ação dos grupos econômicos no processo recente de industrialização do Nordeste.

_____. 1984. *O sertão sul*. Recife, Sudene.
Análise exaustiva das atividades econômicas e dos problemas sociais da região sertaneja dos Estados da Bahia e Minas Gerais.

_____. 1986. *A terra e o homem no Nordeste*. 5. ed. São Paulo, Atlas.
Livro em que é feita a análise do processo de ocupação do território nordestino e da dinâmica das relações de trabalho no meio rural.

_____. 1987 a. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. 5. ed. São Paulo, Atlas.
Neste livro se faz uma tentativa de aplicação da Teoria da Polarização ao espaço brasileiro e de uma análise da produção do espaço geográfico e econômico no território nacional.

_____. 1987 b. *Mineração no Nordeste*; experiências e depoimentos. Brasília, MCT/CNPq.
Análise do desenvolvimento da exploração de minerais no Nordeste, sobretudo no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

AZEVEDO, João Lúcio. 1947. *Épocas de Portugal econômico*. Lisboa, Livraria Clássica Editora.
Obra fundamental para o conhecimento da história econômica portuguesa e de grande utilidade para o estudo das fases mais importantes da produção do açúcar e do ouro no Brasil.

BNB. 1964. *Recursos e necessidades do Nordeste*. Recife, Etene.
Livro organizado pelo economista Fernando Mota com a colaboração de numerosos especialistas nordestinos, no qual é feita uma análise detalhada da problemática da economia regional.

BUARQUE, Sérgio C., coord. 1987. *Teoria do emprego e industrialização tardia*. Recife, Massangana.
Análise da problemática do emprego no Nordeste e da atuação da Sudene no setor.

CARLI, Gileno de. 1971. *Política de desenvolvimento do Nordeste*. Recife, Imprensa Universitária.
Análise do processo de criação e implantação da Sudene e dos interesses dos industriais do Sudeste na implantação da agência de desenvolvimento.

COHN, Amélia. 1978. *Crise regional e planejamento*. São Paulo, Perspectiva.
A autora estuda o processo de formação dos desníveis regionais e a política desenvolvimentista que levou à criação da Sudene.

COSTA, Idalina Farias Soares. 1986. *O povo do lixo*; um estudo sobre a estratificação social da favela da Cidade Nova. Natal, Editora Universitária UFRN.
Estudo detalhado do problema das populações de baixa renda da cidade de Natal e análise do caso dos favelados que vivem da apanha de restos nos depósitos de lixo.

DIAS, Manuel Nunes. 1971. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. São Paulo, Revista de História.
Tese em que o autor analisa em profundidade o comércio da porção setentrional do Brasil, sob a influência de poderosa companhia comercial, detentora de monopólio.

FAORO, Raimundo. 1957. *Os donos do poder*; formação do Patronato Político Brasileiro. Porto Alegre, Globo.
Livro em que o autor estuda a formação social e política do país, utilizando largamente as idéias do sociólogo alemão Max Weber.

FREYRE, Gilberto. 1933. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro, Maia e Schmidt.
Obra fundamental para o estudo das ciências sociais no Brasil, onde o autor analisa a formação da sociedade patriarcal no Brasil, no Período Colonial.

_____. 1936. *Sobrados e mocambos*. São Paulo, Nacional.
Continuação do livro anterior em que o sociólogo-antropólogo estuda esta mesma sociedade patriarcal na fase em que havia um início de desenvolvimento da vida urbana no Brasil.

_____. 1937. *Nordeste*. Rio de Janeiro, José Olympio.
Obra de síntese sobre a porção úmida oriental do Nordeste, a chamada zona da mata ou canavieira, salientando os grandes problemas ecológicos e sociais que afligiam a mesma.

GARCIA, Carlos. 1984. *O que é o Nordeste brasileiro*. São Paulo, Brasiliense.

Livro de síntese em que o autor, com linguagem muito acessível, procura dar uma idéia da região nordestina e dos seus problemas.

GOODMANN, David & CAVALCANTI, Roberto. 1974. Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
Estudo econômico sobre a política de subsídios para o desenvolvimento regional, dando ênfase à análise da aplicação dos mecanismos dos Artigos 34/18.

GRAMSCI, A. 1987. *A questão meridional*. São Paulo, Paz e Terra.
Livro sobre os problemas regionais da Itália e indispensável para a compreensão teórica da questão regional.

GTDN. 1967. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. 2. ed. Recife, Sudene.
Documento básico elaborado por equipe técnica sob a direção de Celso Furtado, em 1959, que orientaria a política da Sudene nos primeiros anos de sua atuação.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. 1941. Divisão Regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, *3* (2).
Análise da geografia física do espaço brasileiro e divisão do mesmo em grandes regiões naturais, de acordo com os princípios defendidos pelo naturalista italiano Ricchieri.

MENEZES, Djacir. 1937. *O outro Nordeste*. Rio de Janeiro, José Olympio.
Estudo sociológico da região semi-árida do Nordeste.

MILET, Henrique Augusto. 1987. *O quebra-kilos e a crise da lavoura*. 2. ed. São Paulo, Global.
Análise feita em 1876 (1ª edição) sobre o processo da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste açucareiro.

OLIVEIRA, Francisco. 1977. *Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo, Paz e Terra.

BIBLIOTECA DA FAFIDAM

O autor, que foi superintendente adjunto da Sudene, na administração Celso Furtado, faz uma corajosa análise da criação e da atuação deste órgão de desenvolvimento.

PRADO JÚNIOR, Caio. 1943. *Formação do Brasil contemporâneo*; A Colônia. São Paulo, Martins.
Livro fundamental para o conhecimento do Brasil no fim do século XVIII, quando a colônia portuguesa entrou na crise de que resultou a Independência.

RAMOS, Hélio. 1982. *Nordeste*; Nação espoliada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
O autor estuda os mecanismos da espoliação no Nordeste, realizada com a conivência das classes dominantes e com vantagem para outras regiões do país.

RIBEIRO JÚNIOR, José. 1976. *Colonização e monopólio no Nordeste do Brasil*. São Paulo, Hucitec.
Estudo da exploração colonial portuguesa na região nordestina, no século XVIII, através de companhia que gozava da proteção do governo português e tinha o monopólio comercial.

ROCHA, Tadeu. 1970. *Delmiro Gouveia. O pioneiro de Paulo Afonso*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco.
Biografia do industrial Delmiro Gouveia analisando o seu espírito pioneiro, que o levou a iniciar a utilização da Cachoeira de Paulo Afonso como fonte de energia para a sua indústria de linhas.

BIBLIOTECA DA FAFIDAM

SÉRIE

PRINCÍPIOS

6. **Versos, sons, ritmos** – Norma Goldstein ★ 7. **Erotismo e literatura** – Jesus Antônio Durigan ★ 8. **Semântica** – Rodolfo Ilari & João Wanderley Geraldi ★ 9. **A pesquisa sociolingüística** – Fernando Tarallo ★ 10. **Pronúncia do inglês norte-americano** – Martha Steinberg ★ 11. **Rumos da literatura inglesa** – Maria Elisa Cevasco & Valter Lellis Siqueira ★ 12. **Técnicas de comunicação escrita** – Izidoro Blikstein ★ 13. **O caráter social da ficção do Brasil** – Fábio Lucas ★ 14. **Best-seller: a literatura de mercado** – Muniz Sodré ★ 15. **O signo** – Isaac Epstein ★ 16. **A dança** – Miriam Garcia Mendes ★ 17. **Linguagem e persuasão** – Adilson Citelli ★ 18. **Para uma nova gramática do português** – Mário A. Perini ★ 19. **A telenovela** – Samira Youssef Campedelli ★ 20. **A poesia lírica** – Salete de Almeida Cara ★ 21. **Períodos literários** – Ligia Cademartori ★ 22. **Informática e sociedade** – Antonio Nicolau Youssef & Vicente Paz Fernandez ★ 23. **Espaço e romance** – Antonio Dimas ★ 24. **O herói** – Flávio R. Kothe ★ 25. **Sonho e loucura** – José Roberto Wolff ★ 26. **Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?** – Evanildo Bechara ★ 27. **Morfologia inglesa – Noções introdutórias** – Martha Steinberg ★ 28. **Iniciação à música popular brasileira** – Waldenyr Caldas ★ 29. **Estrutura da notícia** – Nilson Lage ★ 30. **Conceito de psiquiatria** – Adilson Grandino & Durval Nogueira ★ 31. **O inconsciente – Um estudo crítico** – Alfredo Naffah Neto ★ 32. **A histeria** – Zacaria Borge Ali Ramadam ★ 33. **O trabalho na América Latina colonial** – Ciro Flamarion S. Cardoso ★ 34. **Umbanda** – José Guilherme Cantor Magnani ★ 35. **Teoria da informação** – Isaac Epstein ★ 36. **O enredo** – Samira Nahid de Mesquita ★ 37. **Linguagem jornalística** – Nilson Lage ★ 38. **O feudalismo: economia e sociedade** – Hamilton M. Monteiro ★ 39. **A cidade-Estado antiga** – Ciro Flamarion S. Cardoso ★ 40. **Negritude – Usos e sentidos** – Kabengele Munanga ★ 41. **Imprensa feminina** – Dulcília Schroeder Buitoni ★ 42. **Sexo e adolescência** – Içami Tiba ★ 43. **Magia e pensamento mágico** – Paula Montero ★ 44. **A metalinguagem** – Samira Chalhub ★ 45. **Psicanálise e linguagem** – Eliana de Moura Castro ★ 46. **Teoria da literatura** – Roberto Acízelo de Souza ★ 47. **Sociedades do Antigo Oriente Próximo** – Ciro Flamarion S. Cardoso ★ 48. **Lutas camponesas no Nordeste** – Manuel Correia de Andrade ★ 49. **A linguagem literária** – Domício Proença Filho ★ 50. **Brasil Império** – Hamilton M. Monteiro ★ 51. **Perspectivas históricas da educação** – Eliane Marta Teixeira Lopes ★ 52. **Camponeses** – Margarida Maria Moura ★ 53. **Região e organização espacial** – Roberto Lobato Corrêa ★ 54. **Despotismo esclarecido** – Francisco José Calazans Falcon ★ 55. **Concordância verbal** – Maria Aparecida Baccega ★ 56. **Comunicação e cultura brasileira** – Virgílio Noya Pinto ★ 57. **Conceito de poesia** – Pedro Lyra ★ 58. **Literatura comparada** – Tania Franco Carvalhal ★ 59. **Sociedades indígenas** – Alcida Rita Ramos ★ 60. **Modernismo brasileiro e vanguarda** – Lucia Helena ★ 61. **Personagens da literatura infanto-juvenil** – Sonia Salomão Khéde ★ 62. **Cibernética** – Isaac Epstein ★ 63. **Greve – Fatos e significados** – Pedro Castro ★ 64. **A aprendizagem do ator** – Antonio Januzelli, Janô ★ 65. **Carnaval, carnavais** – José Carlos Sebe ★ 66. **Brasil República** – Hamilton M. Monteiro ★ 67. **Computador e ensino – Uma aplicação à língua portuguesa** – Cristina P. C. Marques, M. Isabel L. de Mattos & Yves de la Taille ★ 68. **Modo capitalista de produção e agricultura** – Arovaldo Umbelino de Oliveira ★ 69. **Casamento, amor e desejo no Ocidente Cristão** – Ronaldo Vainfas ★ 70. **Marxismo e teoria da revolução proletária** – Eder Sader ★ 71. **Pescadores do mar** – Simone Carneiro Maldonado ★ 72. **A alegoria** – Flávio R. Kothe ★ 73. **Consciência e identidade** – Malvina Muszkat ★ 74. **Oficina de tradução – A teoria na prática** – Rosemary Arrojo ★ 75. **História do movimento operário no Brasil** – Antonio Paulo Rezende ★ 76. **Neuroses** – Manuel Ignacio Quiles ★ 77. **Surrealismo** – Marilda de Vasconcellos Rebouças ★ 78. **Romantismo** – Adilson Citelli ★ 79. **Higiene bucal** – Giorgio de Micheli, Carlos Eduardo Aun & Michel Nicolau Youssef ★ 80. **Aspectos econômicos da educação** – Ladislau Dowbor ★ 81. **Escola Nova** – Cristiano Di Giorgi ★ 82. **Análise da conversação** – Luiz Antônio Marcuschi ★ 83. **O Estado Federal** – Dalmo de Abreu Dallari ★ 84. **Iluminismo** – Francisco José Calazans Falcon ★ 85. **Constituições** – Célia Galvão Quirino & Maria Lúcia Montes ★ 86. **Literatura infantil – Voz de criança** – Maria José Palo & Maria Rosa D. Oliveira ★ 87. **A imagem** – Eduardo Neiva Jr. ★ 88. **Teoria lexical** – Margarida Basilio ★ 89. **A política externa brasileira (1922-1985)** – Amado Luiz Cervo & Clodoaldo Bueno ★ 90. **Energia & fome** – Gilberto Kobler Corrêa ★ 91. **Sonhar, brincar, criar, interpretar** – Arlindo C. Pimenta ★ 92. **História da literatura alemã** – Eloá Heise & Ruth Röhl ★ 93. **História do trabalho** – Carlos Roberto de Oliveira ★ 94. **Nazismo – "O Triunfo da Vontade"** – Alcir Lenharo ★ 95. **Fascismo italiano** – Angelo Trento ★ 96. **As drogas** – Luiz Carlos Rocha ★ 97. **Poesia infantil** – Maria da Glória Bordini ★ 98. **Pactos e estabilização econômica** – Pedro Scuro Neto ★ 99. **Estética do sorriso** – Michel Nicolau Youssef, Carlos Eduardo Aun & Giorgio de Micheli ★ 100. **Leitura sem palavras** – Lucrécia D'Aléssio

ISBN 85 08 03077 0

A questão nordestina é, a um só tempo, uma questão regional e nacional.

Ao se estudar um país, sobretudo de grande extensão territorial, observa-se a existência de desníveis econômicos entre as várias áreas de seu território, e, muitas vezes, ressentimentos e rivalidades políticas.

Neste livro, o autor desenvolve esse problema, situando o Nordeste diante da questão regional, nas relações que mantém com o conjunto que define a nacionalidade brasileira.

Manuel Correia de Andrade, professor universitário em Pernambuco, dirige um centro de estudos históricos do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife. Publicou, na série **Princípios, Lutas camponesas no Nordeste** e **Abolição e reforma agrária**.

Áreas de interesse do volume

• Economia • Geografia • Sociologia

Outras áreas da série

• Administração • Antropologia • Artes
• Ciências • Civilização • Comunicações • Di
• Educação • Enfermagem • Estética • Farmá
• Filosofia • História • Lingüística • Literatura
• Medicina • Odontologia • Política • Psicolo
• Saúde